

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PRATICAS CULTURAIS E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS: UM  
ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DE JULIÃO NA RDS DO  
TUPÉ.

Bolsista: CAMILA FERNANDA PINHEIRO DO NASCIMENTO, CNPq.

MANAUS  
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL  
PIB-SA/0102/2012  
PRATICAS CULTURAIS E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS: UM  
ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DE JULIÃO NA RDS DO  
TUPÉ.

Bolsista: Camila Fernanda Pinheiro do Nascimento, CNPq.  
Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues

MANAUS  
2013

PRATICAS CULTURAIS E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS: UM  
ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DE JULIÃO NA RDS DO  
TUPÉ.

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, e ao Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimentos de Tecnologias Apropriadas na Amazônia – Grupo Inter-Ação. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, esta sendo desenvolvida por meio do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimentos de Tecnologias Apropriadas na Amazônia – Grupo Inter-Ação

## RESUMO

A discussão sobre as questões sócio-ambientais no que concerne à relação homem-natureza e o modelo de áreas protegidas de uso indireto é uma discussão recente nas Ciências Sociais Aplicadas, tendo em vista que o modelo seguido no Brasil tem sua origem nos moldes norte americano, o que significou uma preocupação com as populações tradicionais. Na perspectiva de alguns autores (DIEGUES, 2001; CHAVES, 2001; RODRIGUES, 2001; RODRIGUES E SILVA, 2012) as comunidades tradicionais possuem um sistema diferenciado de organização sócio-cultural, político-organizativo, com uma forma própria de perceber e organizar o modo de vida, suas relações sociais, as relações com os seres vivos, ambiente físico e cultural. No contexto Amazônico, essa discussão intensifica-se, visto que, grande parte de sua extensão é habitada por essas populações. Assim, entende-se que a identificação do modo de vida destas populações é de fundamental importância na conservação da natureza, bem como na discussão que envolve a relação homem-natureza na Amazônia, e conseqüentemente as Unidades de Conservação. Assim, a criação de unidades de uso sustentável, na qual se encontra a Reserva do Tupé, tem sentido prático importante na valorização das populações locais. Diante deste contexto, a pesquisa objetiva analisar as práticas culturais e as condições socioeconômicas dos moradores da comunidade de Julião, especificamente caracterizando as práticas culturais e identificando as condições socioeconômicas desses comunitários, a referida comunidade esta localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé, situada na zona rural da cidade de Manaus/AM. A metodologia utilizada para realização da pesquisa tem suas bases no estudo de caso, concretizada com a utilização de instrumentos e técnicas de caráter qualitativo e quantitativo e está dividida em três fases: Fase I – Preliminar; Fase II – Pesquisa de Campo e a Fase III - Sistematização, Organização, Análise dos dados, Montagem do banco de dados e Elaboração do relatório da pesquisa. Os sujeitos são moradores da comunidade que vivem a mais de cinco anos no local e maior de dezoito anos, a partir dessas características, foram selecionados 18 moradores. No que se refere ao resultado da pesquisa pode-se observar que os moradores da comunidade têm suas práticas culturais características de comunidades amazônicas sendo elas: a agricultura, a pesca, o comércio, as atividades coletivas e as festas e que sua base econômica é oriunda dessas práticas culturais que tem uma relação intrínseca com o meio ambiente, neste sentido a relação econômica da comunidade sofre modificações com a criação da RDS e a não viabilização do plano de manejo aos comunitários, dificultando a produção material, cultural e sócio-histórica dos moradores dessa comunidade tradicional. Assim sendo, observou-se a necessidade da ampliação do processo socioeducativo e pedagógico no que se refere à difusão de conhecimento em relação aos conceitos de RDS e plano de manejo aos comunitários. Importante ressaltar que a pesquisa esta vinculada ao Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimentos de Tecnologias Sociais na Amazônia – Grupo Inter-Ação. Assim, esse estudo visa contribuir, ainda que pese seus limites, nas discussões sobre a Questão socioambiental, Práticas Culturais e as Unidades de Conservação na Amazônia.

**Palavras-chaves:** Questão Socioambiental, Práticas Culturais e Unidade de Conservação.

## ABSTRACT

The discussion on social and environmental issues concerning the relationship between man and nature and pattern of indirect use of protected areas is a recent discussion in Applied Social Sciences, considering that the model followed in Brazil has its origin in the North American mold, which meant a concern with traditional populations. In the view of some authors (DIEGUES, 2001; CHAVES, 2001; RODRIGUES, 2001; RODRIGUES E SILVA, 2012) traditional communities have a differentiated system of socio-cultural organization, political organization, with a shape to realize and organize way of life, their social relations, relations with the living, physical and cultural environment. In the Amazonian context, this debate intensifies, since a large part of its area is inhabited by these populations. Thus, it is understood that the identification of the mode of life of these populations is fundamental in nature conservation, as well as the discussion that involves the relationship between man and nature in the Amazon, and consequently the Conservation Units. Thus, the creation of sustainable use units, which is the Tupé Reserve, has important practical sense the appreciation of local populations. Given this context, the research aims to analyze the cultural practices and socioeconomic conditions of the residents of the community of Julian, specifically characterizing the cultural practices and identifying the socioeconomic conditions of these community, that community is located on Sustainable Development Reserve (RDS) Tupé, located in the rural city of Manaus/AM. The methodology used to conduct the study has its basis in the case study , carried out with the use of instruments and techniques of qualitative and quantitative and is divided into three phases : Phase I - Preliminary , Phase II - Field Survey and Phase III - systematization , organization , Analyze data , Installation of database and preparation of the research report . The subjects are community residents who live more than five years on the spot and at least eighteen years from these features, we selected 18 residents. Regarding the outcome of the research can be seen that the residents of the community have their cultural practices characteristic of Amazonian communities namely: agriculture , fisheries, trade , collective activities and festivals and its economic base is derived these cultural practices that have an intrinsic relationship with the environment , in this sense the economic relationship of the community suffers changes with the creation of RDS and non- viability of the management plan to the community , making the material production , cultural and socio-historic inhabitants of this traditional community . Thus, there was the need to expand the childcare and educational process as regards the dissemination of knowledge in relation to the concepts of RDS and management plan to the community. Importantly, this research linked to the Interdisciplinary Group for Social and Environmental Studies and Developments of Social Technologies in the Amazon - the Inter - Action. Thus, this study aims to contribute, yet despite its limitations, the discussions on the environmental issue, Cultural Practices and protected areas in the Amazon.

Keywords: Environmental Issues, Cultural Practices and Conservation Unit.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA**

ACAMDAF	Associação dos Canoeiros da Marina do David e Fátima
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
ONG	Organização Não Governamental
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SEMMAS	Secretária Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEUC	Sistema Estadual de Unidade de Conservação
SENUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UC	Unidade de Conservação
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

## LISTA DE FIGURA

Figura 01 – REDES do Tupé .....	35
Figura 02 – Comunidade de Julião .....	37
Figura 03 – Escola Municipal Canaã II .....	38
Figura 04 – Fachada da Escola Municipal Canaã II .....	38
Figura 05 – Sede da Associação Comunitária .....	40
Figura 06 – Placa de Identificação da Comunidade na RDS - Tupé .....	40
Figura 07 – Balas de cupuaçu e coco .....	59
Figura 08 – Produtos Artesanais feitos pelo grupo de mulheres .....	59



## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Técnicas e Instrumentos de Pesquisa.....	42
Quadro 02 – A Reserva de Desenvolvimento Sustentável na visão dos comunitários .....	59
Quadro 03 – Mudanças ocorridas com a criação da RDS .....	60
Quadro 04 – Possibilidades com a criação da RDS.....	61
Quadro 05 – Plano de manejo na visão dos comunitários.....	62

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Escolaridades dos informantes – sabem ler e escrever .....	45
Gráfico 02: Tempo em que vive na Comunidade.....	45
Gráfico 03: Profissões .....	46
Gráfico 04: Tempo em que desenvolve essa profissão.....	47
Gráfico 05: Renda mensal familiar.....	49
Gráfico 06: Filhos.....	50
Gráfico 07: Quantidade de filhos.....	50
Gráfico 08: Filhos em idade escolar .....	50
Gráfico 09: Material que é feito a casa.....	52
Gráfico 10: Outras Festas .....	54
Gráfico 11: Participação nas atividades produtivas.....	55
Gráfico 12: Atividades Coletivas .....	55
Gráfico 13: Interesse em sair da Comunidade.....	59

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01: Atividades Econômicas para o Complemento do Sustenta Familiar.....	47
Tabela 02: Números de Pessoas Compõem a Família.....	50
Tabela 03: Acompanhamento das crianças e adolescentes nas Atividades Escolares .....	51
Tabela 04: Participação nas Reuniões Escolares.....	51
Tabela 05: Número de Cômodos que possuem a Casa.....	52
Tabela 06: Festas Comemorativas da Comunidade.....	53

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	16
2.1. Relação Homem e Natureza na Amazônia: uma leitura a partir da concepção de cultura. ....	16
2.1.1 Processo de Constituição Cultural dos Povos da Amazônia: uma breve leitura .....	18
2.1.2 Formação Sócio-histórica dos Povos da Amazônia .....	20
2.2. Questão Ambiental – uma breve contextualização .....	24
2.2.1 As transformações da relação homem e natureza – no debate contemporâneo.....	24
2.2.2 Crise Ambiental e a organização da Sociedade Civil.....	26
2.2.3. Áreas Naturais Protegidas – as concepções preservacionista e conservacionista .....	28
2.2.4 As Áreas Naturais Protegidas no Brasil – uma breve leitura .....	30
<b>3. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA</b> .....	34
3.1. Caracterização do Estudo .....	34
3.2. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – caracterização do objeto de pesquisa .....	34
3.2.1 Comunidade de Julião: infraestrutura, bens e serviços sociais.....	36
3.3 Fases da Pesquisa .....	40
3.3.1 Fase Preliminar .....	40
3.3.2 Fase da Pesquisa de Campo.....	40
3.3.3 Fase de Sistematização, análise dos dados, montagem do banco de dados e elaboração do relatório de pesquisa.....	42
<b>4. RESULTADO DA PESQUISA</b> .....	44
4.1. Caracterização dos Informantes.....	44
4.1.1 Caracterização Socioeconômica .....	46
4.1.2 Estrutura Familiar .....	49
4.2 Organização Sociocultural. ....	53
4.2.1 Atividades Culturais .....	53
4.3. Implementação da RDS do Tupé – a leitura dos comunitários acerca da Reserva de Desenvolvimento Sustentável. ....	59
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	64
<b>6. FONTES E REFERENCIAL</b> .....	68
<b>7. APÊNDICE</b> .....	70
<b>8. ANEXOS</b> .....	88

## 1. INTRODUÇÃO

A Questão Ambiental tem sido tema de muitos debates no contexto histórico mundial contemporâneo, apontando sua relevância nas preocupações políticas, econômicas, sociais e sobre tudo ambiental, mas não são apenas as consequências da problemática ambiental que tem aparecido como preocupação da política, mas todos os fatores que estão ligados a esta questão, fatores esses identificados por meio de pesquisas que conduzem a diversas discussões em torno de medidas alternativas. Godard (1997) debate essa problemática destacando a grande produção teórica a cerca da questão ambiental e as formas de enfrentamento pensadas na sociedade contemporânea, esses fatores, como o meio ambiente e as populações tradicionais, completam as preocupações e auxiliam a pratica do desenvolvimento das políticas ambientais.

Com o surgimento das questões inerente a degradação do meio ambiente e a preservação do mesmo, a sociedade posiciona-se no intuito de pensar alternativas viáveis para viabilizar a mudança de atitude no que concerne a exploração dos recursos naturais (Bernardes e Ferreira, 2009). Neste sentido a concepção de preservação ambiental aparece como alternativa para a problemática.

Segundo Diegues (2001) a concepção preservacionista que surge nos Estados Unidos por volta do século XIX apresenta a natureza como uma paisagem selvagem intocada, ou seja, era um espaço natural inabitável. Na perspectiva posta pelo referido autor a concepções preservacionista surge no intuito de subsidiar as políticas ambientais que postulam uma ação para as problemáticas referente às questões da degradação do meio ambiente.

Em relação à proteção ambiental e as áreas protegidas Diegues (2001) apresenta que com a criação de parques naturais, e desta forma a concepção estadunidense de preservação, surgiu uma demanda vinda das populações que residiam nesses espaços. Neste sentido, apareceu a preocupação com as populações tradicionais caracterizando uma especificidade nos países do hemisfério sul.

De acordo com Cabral e Souza (2005) no Hemisfério Sul, com a presença das populações tradicionais, os modelos de conservação e preservação dos recursos naturais foram pensados conforme as características próprias de cada região. Neste sentido os

autores pontuam que no Brasil o modelo de conservação da biodiversidade leva em consideração, além da proteção ambiental, outros parâmetros como:

[...] a proteção de bacias, de fontes d'águas e de paisagens; o fomento de recreação e do turismo ao ar livre; a conservação de sítios históricos, arqueológicos e culturais etc., que são tão importantes quanto a conservação da biodiversidade (p.21)

Em consequência aos debates em torno da presença das populações tradicionais nos ambientes naturais surge as Unidades de Conservação (Diegues 2001). Para auxiliar no desenvolvimento destas UC's foram trabalhadas legislações específicas que regulamentam as áreas.

No Brasil a lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que regulamento o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e no Amazonas a Lei Complementar n.º 3, de 05 de junho de 2007 que se fundamenta no SNUC (2000) e no SEUC (2007). (Silva e Rodrigues 2012).

Essas legislações trazem em seu conteúdo a preocupação com o desenvolvimento das populações oriundas destes espaços já que os objetivos das Unidades de Conservação é justamente a conservação da natureza e das culturas das populações tradicionais.

Partindo deste pressuposto, foi estudado como os moradores da comunidade ribeirinha de Julião vivem dentro de uma Unidade de Conservação, na modalidade de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, como se configura sua prática cultural e como esses comunitários sobrevivem nesses ambientes agora regulamentados por lei nacional e estadual.

Essa pesquisa teve como *locus* a RDS do Tupé, mas precisamente a Comunidade de Julião e teve por objetivo geral analisar as práticas culturais e as condições socioeconômicas na comunidade, e como objetivos específicos: caracterizar as práticas culturais e identificar as condições socioeconômicas dos moradores da comunidade. A metodologia usada foi específica de um estudo de caso no qual, segundo GIL (2010) o estudo de caso analisa os fenômenos de determinada situação e tenta entendê-los (p.59). Na metodologia constam instrumentos e técnicas de caráter qualitativo e quantitativo que de acordo com Lakatos (2002) “as medidas quantitativas respondem à pergunta “quanto” e as qualitativas à questão “como”. Os dois tipos são importantes na

investigação e se constituem no corpo do trabalho” (p.126), para auxiliar na pesquisa. Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados instrumentais e técnicas de coleta de dados como o formulário socioeconômico, entrevistas semi-estruturadas, o caderno de campo e o registro fotográfico.

A pesquisa esta vinculada ao Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimentos de Tecnologias Sociais Apropriadas na Amazônia – Grupo Inter-Ação. O grupo tem atuado no desenvolvimento de estudos sobre a dinâmica socioambiental e organizacional das populações da Amazônia, o que vem propiciando a obtenção de conhecimentos técnico-operativo e científico da realidade e das ações desenvolvidas com estas comunidades sejam elas urbanas ou rurais, visando à criação de subsídios para a formulação de políticas públicas na região. Tendo como principal premissa o conhecer para atuar, a contínua construção do agir e a valorização da capacidade criadora e recriadora dos atores sociais envolvidos. O Serviço Social esta inserido na discussão da temática já que a atuação do profissional tem por objetivo principal a viabilização dos seus direitos como cidadão e a existência de sujeitos portadores de direitos nestes espaços justifica a permanência do trabalho do assistente social. (Grupo Inter-Ação, Projeto CNPq edital 32, p.3).

Neste relatório será apresentar o resultado da pesquisa, trazendo as considerações finais e recomendações. O trabalho está dividido para um melhor entendimento, em quatro partes.

Na primeira parte a qual apresenta a fundamentação teórica em que consta a revisão bibliográfica sistematizada para este momento, em dois itens intitulados: Relação homem e natureza: uma leitura a partir da concepção de cultura e Questão Ambiental – uma breve contextualização.

A segunda parte do trabalho é constituída pela descrição metodológica no qual consta a Caracterização do Estudo, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé: caracterização do objeto de pesquisa, Fases da Pesquisa e as Técnicas e Instrumentais de Coleta de Dados.

A terceira parte se constitui na apresentação dos resultados da pesquisa no qual se inclui a caracterização dos informantes e a organização sociocultural.

E a quarta e ultima parte é composta pela conclusão aonde foram elaboradas propostas para a Comunidade pesquisada.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA.**

Neste relatório serão apresentadas as principais categorias analíticas que nortearam o estudo. As categorias discutidas são: Cultura e a Questões Ambientais.

### **2.1 Relação Homem – Natureza na Amazônia: uma leitura a partir da concepção de Cultura.**

Historicamente o homem estabeleceu relação com o meio em que vive importante ressaltar que essa relação é permeada pelas necessidades humanas. O homem como ser racional nesta relação estabelece atitudes de influência sobre meio. Partindo deste pressuposto, impõem-se a necessidade de identificar como essa ação foi desenvolvida no decorrer da história humana, e como as partes integrantes do todo, ou seja, como homem e natureza reagem e estabelece relação sobre tudo a partir do modo de vida e da cultura.

Segundo Gonçalves (2008), no surgimento dos primeiros grupos humanos da humanidade, o homem já estabelecia uma relação mítica com a natureza, a mesma era fundada nas crenças e nas divindades, o sobrenatural, os deuses é que explicavam as manifestações naturais, e baseadas nesta interação homem e natureza é que surgiu de uma forma mais geral a discussão em torno do conceito de cultura.

Na concepção de Taylor, a cultura é vista como um complexo que abrange toda a capacidade adquirida pelo homem. Desta forma, o conhecimento, as crenças, os costumes e todo aparato necessário para que haja uma interação com o meio e com outros homens é caracterizado, na perspectiva de Taylor, como elementos da cultura. A interação com outros indivíduos por meio dos elementos culturais, ou por suas diferenciações em determinados grupos, é estabelecida às relações sociais. (Taylor apud Laraia, 2005, p.25).

Sendo assim, a relação natureza-homem esta repleta de sentidos e conceitos da vida humana. O homem tem uma relação sócio-histórica com a natureza, pois é dela que toda a sua origem sócio-cultural é oriunda, é a partir dos agrupamentos humanos que as primeiras concepções de natureza são concebidas.

Na leitura de Rodrigues (2001) a cultura se apresenta como resultado das relações sociais dos indivíduos, na fala da autora:



A cultura pode ser entendida, enquanto construção histórico-social de um povo, a partir do estabelecimento das relações sociais dos indivíduos entre si e com a natureza. Com base nesse entendimento, a cultura sofre modificações a cada período da sua temporalidade, exprimindo o estágio de desenvolvimento espiritual, racional dos diversos tipos de sociedade (p.49).

Neste sentido, as sociedades se modificam conforme a relação que os indivíduos estabelecem uns com os outros e com a própria natureza. Para Gonçalves (2008) no decorrer da história humana, isso mudou, foi retirada à explicação divina, no processo de entendimento do homem, a natureza passou a ser desvalorizada e em um determinado momento da história com o surgimento da concepção científica e mais tarde o modelo de sistema capitalista, natureza e homem passam a estabelecer outra forma de relação.

Para o autor supracitado essa relação de distanciamento baseado na história humana aponta “uma mudança na visão de mundo do homem” (p.171). Deste modo, as relações sociais quanto à própria concepção de natureza sofrem mudanças conforme o período histórico, tipo de sociedade e modo de produção.

Neste sentido, a cultura tem um papel importante, pois é através dela que as gerações adquirem os seus modos de agir frente às necessidades humanas desenvolvidas por seus antepassados, é por meio da cultura que os grupos humanos se configuram. De acordo com Gonçalves (2008) a cultura era ética, moral e política. Santos (2006) e Laraia (2005) abordam sobre essa importância de se estudar a cultura, pois é através dela que é atribuída à identidade de um determinado grupo.

Laraira (2005) apresenta a ideia sobre a origem da cultura, o autor apresenta conceitos desenvolvidos por dois antropólogos, Claude Lévi-Strauss e Leslie White, que explicitam argumentos para a origem da cultura, ou seja, como apareceu a cultura para orientar o agir humana. Partindo destes conceitos Laraira (2005) afirma que a origem da cultura parte do momento em que o homem cria contratos sociais, com proibições, e quando desenvolvem formas de se comunicar, com os símbolos, criando normas e nobres. Neste ponto, o referido autor também apresenta que o homem não é apenas produtor da cultura, mas também produto dela.

Partindo deste entendimento, se pode analisar a relação homem-natureza baseada nas culturas, nas sociedades no decorrer da história e como cada sociedade

estabeleceu sua relação com o meio natural. Araújo (2003) postula que “cultura e natureza devem formar uma unidade, por que uma é consequência da outra” (p.190), principalmente em agrupamentos humanos que se conservam em ambientes rurais aonde o conhecimento e a preservação da natureza caracterizam fundamentos importantes para a sobrevivência humana. Como o que ocorre nas comunidades amazônicas, onde a relação homem-natureza é essencial para as populações residentes nesses espaços. A formação cultural da Amazônia é uma grande miscigenação de povos como afirma Benchimol (2009), Araújo (2003) e Wagley (1988), e para análise das praticas culturais do povo da Amazônia faz-se necessário entender essa formação sociocultural.

### **2.1.1 Processo de Constituição Cultural dos Povos da Amazônia: uma breve leitura.**

De acordo com Santos (2006), a cultura é um processo social e como tal é passível de transformações oriundas da integração de povos distintos. Conforme o exposto por Wagley (1988) e Benchimol (2009) a formação social e cultural da Amazônia sofreu modificações de acordo com as interações dos povos indígenas e outros povos oriundos das migrações, em épocas específicas da região. As influencias culturais desses povos, migrantes e imigrantes, com as populações indígenas fizeram com que houvesse uma grande fusão de conhecimentos, assim incorporando significados, crenças, mitos e outros fenômenos as explicações tradicionais já existentes. Souza (2006), afirma que esse fenômeno de incorporação de influencias culturais é natural, mesmo que em alguns casos seja revertido de resistências por parte de algumas culturas, esse processo é inevitável, visto que as transformações são necessárias para a sobrevivência das sociedades.

Partindo deste pressuposto, a análise das transformações que originou a sociedade amazônica contemporânea faz necessária para o entendimento da cultura amazônica, neste sentido Benchimol (2009), apresenta a formação social e cultural da Amazônia analisando os povos indígenas em um primeiro momento. O referido autor afirma que a base cultural da região é composta por crenças, conhecimentos, valores, modos de vida das tribos indígenas, que antes da colonização européia eram formadas por diversos grupos étnicos distintos por possuírem formas diferenciadas de costumes,

ou seja, entre os indígenas já havia diferenças culturais, mas a sua base estava pautada com a relação mítica com a natureza.

Durante o período de colonização no Brasil e a chegada dos europeus na Amazônia, atraídos pelas riquezas naturais da região, outros elementos culturais foram incorporados ao modo de vida dos indígenas, a introdução do catolicismo é um dos exemplos da inserção de costumes as populações que aqui viviam. Porro (1995) apresenta que de acordo com os avanços geográficos dos europeus na região, as populações indígenas sofriam uma descaracterização social e cultural, por um pensamento etnocêntrico. Essas populações sofreram com a escravidão e a catequização perdendo assim sua liberdade e seus valores culturais.

Assim com o processo de ocupação da Amazônia às populações indígenas sofreram com o processo de mudanças de valores, pois com a interferência do homem “branco” foi se modificando a sua organização social, o seu comércio, as relações intertribais, a religião, ou seja, a sua cultura perdendo certas características com a incorporação de novos saberes (Porro, 1995). Mas, contudo, parte de seus costumes foi incorporada pelos europeus, pois para sobreviver na região o conhecimento dos indígenas eram essenciais. Desta forma como apresentou Santos (2006), a adaptação cultural foi necessária para a sobrevivência de indígenas e europeus, a troca de saberes, conhecimento, experiências e modo de vida foram fundamentais para esses povos.

Desta forma, pode-se afirmar que a história da ocupação humana na Amazônia apresentasse em ciclos históricos, um dos momentos importantes para entender o processo de construção da cultura amazônica é a chegada dos nordestinos no ciclo da borracha, Bruno (1967) fala que “A utilização da navegação a vapor a partir de 1853 foi um dos elementos de primeira grandeza entre os que marcaram o começo de uma fase nova da história da região” (p.117), o autor afirma que a inserção do barco a vapor foi importante tanto pela movimentação da indústria da borracha como também através deste instrumento que foi difundida e introduzida as ideias de modas *civilizadas* trazidos da Europa<sup>1</sup> caracterizando assim a inserção de elementos culturais do velho mundo. E foi neste momento da movimentação da indústria da borracha que os nordestinos expulsos pela seca chegaram à região amazônica. De acordo com Benchimol (2009), os

---

<sup>1</sup> Neste trecho o autor apresenta a chegada das concepções culturais vindas das cidades europeias, aonde a população que vivia na Amazônia copiava as manifestações culturais, moda, arquitetura da Europa, era por intermédio do barco a vapor que se tinha acesso aos artigos vindos da Europa.

nordestinos foram aprendendo a viver na Amazônia, incorporando os costumes locais ao mesmo tempo em que forneciam elementos culturais para a formação da sociedade Amazônica.

De acordo com Benchimol (2009) povos de outras regiões do Brasil como os vindo do sul e sudeste e povos de outros países como os judeus, ingleses e sírio-libaneses, todos contribuíram no processo de formação do povo amazonense, culturalmente de origem indígena, o referido autor afirma que “O processo cultural do povoamento e ocupação da Amazônia teve como característica principal a multidiversidade de povos e nações” (p.19).

Desta forma, a constituição dos povos da Amazônia tem sua base na cultura indígena que é de fundamental importância para as populações da região e a junção de conhecimentos, saberes, valores, experiências e modo de vida de outros povos que chegaram à região no período de ocupação da Amazônia.

### **2.1.2 Formação sócio-histórica dos povos da Amazônia.**

De acordo com Araújo (2003), Benchimol (2009) e Wagley (1988) a formação cultural dos povos da Amazônia (ribeirinhos, caboclos, castanheiros, seringueiros e etc.) é oriunda de um processo de miscigenação formada principalmente por europeus e indígenas, e mais tarde por nordestinos. A base cultural do povo da Amazônia é indígena, pois como herança cultural as matrizes e valores são oriundos da relação dessas populações com o ambiente físico e biológico, as particularidades regionais orientaram a retirada de recursos para a subsistência e serviu de inspiração para o imaginário dessas populações, dos quais tiveram origem as lendas, mitos e crenças (Benchimol, 2009, p.25).

Wagley (1988) também aborda a questão afirmando que:

A cultura regional de Itá e outras comunidades amazônicas, como já vimos, conserva muitos padrões herdados do índio nativo. Apesar dos esforços dos missionários para transformá-los em católicos, numerosos brasileiros rurais da região amazônica conservam as crenças populares de origem aborígine (p.61).

Ou seja, o povo da Amazônia conserva os costumes indígenas, o que caracteriza a vida nas comunidades amazônicas. Mas, como demonstrado pelos autores já citados,

outros grupos humanos formam essa população específica da Amazônia, Benchimol (2009) afirma que:

Eram e ainda são índios puros, meio-índios, índio-caboclos, caboclos, meio-caboclos, caboclo-índio de diferentes grupos étnico-raciais e tipos de miscigenações genéticas, resultado do cruzamento racial com os colonizadores, imigrantes nordestinos e outros povos. (p.38)

Desta forma, essa herança aculturada indígena sofreu modificações de acordo com as necessidades das populações residentes nessa região, estabelecidas a partir de então conforme o tempo e os ciclos econômicos do local (Benchimol, 2009, p. 38).

O cotidiano das comunidades amazônicas são aparentemente as mesmas tendo algumas mudanças que caracterizam especificidades. Em uma comunidade Amazônica, segundo Wagley (1988), o homem vive de forma primitiva, tem acesso às novas tecnologias, mas prove sua subsistência de técnicas e métodos primitivos<sup>2</sup>, a agricultura, a pesca, a caça, a coleta de sementes e o comércio nas comunidades são características culturais da região.

Partindo deste pressuposto a cultura de subsistência da Amazônia é uma herança dos povos indígenas e caracterizam-se de acordo com as condições geográficas. Neste sentido Araújo (2003) afirma que “A cultura, a produção a vida comunal são todas originárias e se desenvolvem sob o grande signo da água” (p.42), ou seja, o movimento da água guia a vida cotidiana das populações ribeirinhas da Amazônia. Chaves (2001), Silva e Begossi (2004) falam que as variações sazonais, os períodos de inundações e seca, é que determinam as condições dos recursos naturais. Assim sendo, a vida nas comunidades amazônicas, são organizadas de acordo com as condições do meio ambiente.

De acordo com as condições socio-históricas das culturas de subsistência da Amazônia, Rodrigues (2009) e Rodrigues e Silva (2012) postulam que as populações tradicionais da Amazônia, não indígenas, constituem uma relação complexa entre homem e natureza, onde o homem amazônico contemporâneo herdou do processo de constituição cultural as bases indígenas, desta forma as populações amazônicas possuem práticas tradicionais, devido essa relação socio-históricas.

---

<sup>2</sup> O autor lança um olhar sobre a Amazônia a partir de sua vivência nas grandes cidades capitalista e configura a vida nos trópicos como sendo atrasada, mas sua visão apresenta um arcabouço teórico para o entendimento da vida do homem amazônico.

A relação homem-natureza estabelecida na Amazônia contemporânea, conforme os autores supracitados, possuem características próprias da região. Silva e Begossi (2004) afirmam que as populações que vivem nesses ambientes possuem economias de extrativismo de produtos naturais, caça, pesca e agricultura. Para Wagley (1988) a subsistência em comunidades da Amazônia, apesar de existirem particularidades em cada região, as culturas de base se repetem, ou seja, em comunidades ribeirinhas são utilizadas técnicas de coivara, a pesca, a caça para a garantia do sustento. Assim, Peroni (2004) esboça agricultura itinerante ou coivara, que segundo o autor é “a queima de biomassa vegetal para garantir fertilidade às culturas mediante a incorporação de nutrientes presentes nas cinzas” (p.61), Peroni (2004) e Wagley (1988) afirmam que a mandioca é o principal produto do cultivo amazônico, além de mandioca planta-se também milho, arroz, feijão, cará, batata-doce dentro outras culturas de crescimento rápido, pois as plantações ou roçados<sup>3</sup> duram apenas na estação da seca.

Segunda o Wagley (1988), existem dois tipos de solo no qual o lavrador da Amazônia faz sua plantação, sendo eles: a terra firme e capoeira baixa. Na terra firme, de acordo com o autor e Peroni (2004), é exercido a prática da coivara. Assim, os lavradores nos meses de junho até o fim de agosto começam preparando o terreno que será utilizado para a plantação, esse processo consiste no corte de plantas rasteira e derrubada de árvores, depois disso a vegetação que foi cortada fica cerca de um mês a seis semanas para secarem ao sol, no fim desse prazo a vegetação é queimada (Wagley 1988; p.85). Essa prática de queima segundo Peroni (2004), é assunto de muitas discussões e de relevantes estudos. Para o referido autor, este processo de queima é um dos principais fatores para o desmatamento, também afirma que essa agricultura itinerante ou de coivara é usualmente confundida com várias outras práticas agrícolas, sendo o que está difere de outras práticas é o estágio do pousio, esse estágio caracteriza-se pelo tempo de regeneração do espaço utilizado, Wagley (1988) apresenta que esses espaços roçados são utilizados no máximo duas vezes, logo após o terreno é deixado e a mata torna a crescer. Já a capoeira baixa é mais fácil de preparar em muitos casos não é necessário o uso da coivara. Assim, o trabalho agrícola na Amazônia apresenta-se de forma tradicional e eficiente para garantir a subsistência das populações ribeirinhas.

De acordo com Wagley (1988), a forma de vida do homem amazônico caracteriza-se pela diversidade de atividades que ele exerce. Neste sentido, o autor

---

<sup>3</sup> Como as populações tradicionais referem-se as suas plantações.

afirma que as populações das comunidades amazônicas têm diversas atividades produtivas, desta forma relata que:

[...] um dia de trabalho para o lavrador da Amazônia raramente vai do raiar do dia até o anoitecer. O lavrador, geralmente, sai de casa de manhã cedo, depois de ter tomado um cafezinho com um punhado de farinha de mandioca. Trabalha até meio-dia, ou um pouco mais, voltando pra casa para uma pesada refeição. Depois desse almoço descansa e passa o resto da tarde preocupado com outros afazeres (p.87).

Esses outros afazeres completam as atividades produtivas das populações da Amazônia sendo elas a pesca, a caça, o extrativismo e a coleta. Peroni (2004) fala que no contexto do uso dos recursos naturais é considerada uma estratégia adaptativa ao ambiente natural. Neste sentido, Silva e Begossi (2004) afirmam que a pesca caracteriza-se uma das atividades centrais da economia ribeirinha. Wagley (1988) também fala da relativa importância para a subsistência dessas populações, nesse caso a pesca torna-se uma fonte de renda e forma de alimentação. Também a caça é uma garantia de alimentação, pouco usada para a venda e muito mais para o sustento da família. Outra forma de economia dessas regiões é o extrativismo, Silva e Begossi (2004) apresentam que “o extrativismo tem sido favorecido pela grande riqueza de recursos naturais” (p.91), essa pratica tem relevância visto que desde a chegada dos europeus as regiões amazônicas a economia de extrativismo têm sido exploradas.

Dessa forma, segundo Chaves (2001), Rodrigues (2009) e Rodrigues e Silva (2012) as populações tradicionais constituíram uma relação íntima com o meio ambiente, esta sendo pautada pelas praticas herdadas culturalmente das populações indígenas, essa relação social é percebida pela forma de manejo exercida por essa população.

Partindo do pressuposto pode-se observa a relação intrínseca da população amazônica com os recursos naturais, pois de acordo com o exposto, é dessa relação que é oriundo a sua identidade sócio-histórica e cultural, além de ser por meio do conhecimento de manejo dos recursos naturais que é garantido o sustento dessas populações ribeirinhas.

Desta forma, a discussão sobre as questões ambientais é fundamental, pois o estudo referente aos recursos naturais é de suma importância para a sociedade contemporânea e principalmente para a vida das comunidades amazônica.

## **2.2 Questão Ambiental – uma breve contextualização**

### **2.2.1 As transformações da relação homem natureza – no debate contemporâneo.**

Partindo da ideia de cultura e da relação homem e natureza, podem ser analisadas as transformações ocorridas a partir do estabelecimento do sistema capitalista. A partir do surgimento desse modelo econômico e a sua filosofia de acumulação do capital, a relação homem-natureza sofreu uma série de modificações.

Segundo Leff (2006), com o movimento iluminista houve a evolução do pensamento científico que foi responsável pela emancipação do homem em relação aos limites naturais, ou seja, no momento em que o homem adquiriu conhecimento necessário para desvincular-se da concepção mítica, rompeu com o velho pensamento de natureza e punçou a racionalidade econômica fundada em uma exploração ignorando os fatores ecológicos.

Bernardes e Ferreira (2009) apresentam a concepção de “natureza objeto” que permeou a relação homem e natureza de práticas, á exploração intensa dos recursos naturais configurando a dicotomia entre sociedade e natureza.

O homem passou a ter uma concepção de dominação sobre a natureza, e o trabalho vinculado com a produção de conhecimento em massa fizeram com que essa dominação culminasse no desenvolvimento da força produtiva. A partir do surgimento do sistema capitalista o homem passa de uma relação simbiótica para uma relação de exploração dos recursos naturais.

Bernardes e Ferreira (2009) nos falam sobre essa concepção desenvolvida até o século XIX, os autores afirmam que até o momento:

[...] se acreditava que o crescimento econômico não tinha limites e que o desenvolvimento significava dominar a natureza e os homens. Entretanto, nos anos 60/70 percebeu-se que os recursos naturais são esgotáveis e que o crescimento sem limites começava a se revelar insustentável. (p.17)

Partindo destes pressupostos, é possível perceber uma intensificação na relação de exploração tanto com a natureza quanto com os homens. A modernidade, que se originou da racionalidade econômica e científica, faz emergir uma civilização que nega a natureza como fonte principal da evolução civilizatória da humanidade, assim como nega também o seu valor social e cultural. (Leff, 2006)



A problemática ambiental só ganhou destaque, em meados dos anos 60/70, quando as intervenções do final do século XIX e início do século XX começaram a apontar uma necessidade de tomada de consciência e atitude quanto exploração dos recursos naturais. (Bernardes e Ferreira/ 2009)

Com o processo de consolidação do capitalismo incentivando cada vez mais o consumo, tudo se tornou produto a ser transformado em objeto. Fizeram-se necessária a implantação de novas formas de manipular a natureza, assim, surgem às técnicas de manipulação da natureza e tecnologias de produção que segundo Leff (2006) é resultado da relação valor e trabalho socialmente necessário.

De acordo com o referido autor, na medida em que as técnicas fossem desenvolvidas para satisfazer às necessidades da produção, as mercadorias seriam fabricadas com mais velocidade fazendo com que isso aumentasse a mais-valia.

A concepção de valor reconhecida pelo sistema emergente foi um ponto fundante para os avanços tecnológicos e a produção de conhecimento. Em um primeiro momento, essa evolução científica limitou-se a consumir somente a natureza existente, mas a partir da Segunda Guerra mundial o desenvolvimento científico buscou romper barreiras concentrando-se em transformações físicas, químicas e em manipulações de caráter biológico. (Kurz *apud* Bernardes e Ferreira, 2009, p.26).

No que se refere à tomada de consciência sobre os limites do crescimento, Leff (2006) fala da “crítica ao paradigma normal da economia” (p.225), ou seja, a evolução da civilização não poderia está centrada no desenvolvimento econômico nos moldes em que se apresenta. Neste sentido, devem ser desenvolvidas novas formas de pensar um desenvolvimento econômico com uma nova racionalidade que conduza as necessidades da contemporaneidade. Para o referido autor,

A crise de recursos deslocou a natureza do campo da reflexão filosófica e da contemplação estética para reintegrá-la ao processo econômico. A natureza deixou de ser objeto de trabalho e uma matéria prima para converte-se em uma condição, um potencial e um meio de produção. A conservação dos mecanismos reguladores e processos produtivos da natureza aparecem assim como condição de sobrevivência e fonte de riqueza, induzindo processo de apropriação dos meios ecológicos de produção e a definição de novos estilos de vida (Leff/ 2006 – p.224).

Nesta concepção apresentada por Leff (2006), faz-se necessário o debate em torno dos desequilíbrios ecológicos e da viabilização de pensar um novo estilo de vida.

### **2.2.2 Crise ambiental e a organização da sociedade civil**

A Revolução ambiental é oriunda da percepção do mundo que os recursos naturais não são ilimitados, e que as modificações feitas no decorrer da inovação, ciência e tecnologia alteraram o meio natural. Essa percepção surgiu após a Segunda Guerra Mundial, pois foi em detrimento deste evento com os impactos ambientais, que a questão da relação com o meio ambiente foi pensada de uma forma diferente. (Bernardes e Ferreira; 2009).

Contudo as preocupações com o meio ambiente pós-segunda guerra mundial se limitou à diminuição dos riscos oriundos da era industrial. As consequências atreladas à industrialização estão ligadas aos abusos humanos e/ou acidentes oriundos das práticas destrutivas com a natureza. (Bernardes e Ferreira/ 2009).

A emergência do movimento ecológico está ligada aos pensamentos referente às ciências ecológicas e a percepção dos limites nesse modelo de produção. Neste contexto, o pensamento ecológico tem seu surgimento ligado a uma série de questionamentos quanto às consequências da intervenção da sociedade industrial capitalista. Assim, decorrente dessas preocupações sobre as formas de uso dos recursos naturais inicia-se nos Estados Unidos, mas precisamente nas universidades da Califórnia a ciência ecológica e conseqüentemente o movimento da contracultura. (Morin; 1997)

Muito se debateu em torno desses questionamentos e do novo pensamento ligado à natureza. O referido autor nos fala de um pensamento antagônico no qual postula que a industrialização estava possibilitando o desenvolvimento econômico, contudo a própria sociedade estava cansada do ambiente urbano e artificial provocado por esse desenvolvimento surgindo assim um sentimento nostálgico da ideia de natureza, na fala do autor:

[...] durante nosso século, sobre tudo nos anos do pós-guerra, e em um ritmo cada vez mais rápido a partir dos anos sessenta, o desenvolvimento desmedido da vida urbana, com todos os seus meandros e suas complicações tecnoburocráticas, provocou uma reação [...] levando muita gente a deixar as cidades, ou pelo menos a comprar casas de campo para o fim-de-semana e para as férias, e a aí

levar uma vida pseudo-rural e pseudonatural, capaz de compensar, por volta à natureza os malefícios da vida urbana. (Morin, 1997, p.55)

Neste momento histórico o autor chama atenção para o retorno, mesmo que inconsciente ao culto a natureza, esse sentimento de resgata da relação homem e natureza desencadeou no surgimento de movimentos de caráter naturalista, principalmente na América do Norte, onde a juventude não concordava com esse modo de vida tão artificial.

A discussão em torno da problemática ambiental se intensificou e várias correntes ideológicas começaram a surgir a fim de explicar ou de sugerir medidas cautelares no que concernem as questões ambientais.

A neomalthusiano, por exemplo, apresentou a superpopulação como principal causa do problema da sociedade, o Clube de Roma, por sua vez, apresenta suas ideias ligadas à necessidade de frear o crescimento demográfico. Existiram também correntes ideológicas que alegavam a necessidade de uma mudança no pensamento sobre o desenvolvimento, como o ecoanarquismo que acreditava que os seres humanos podem viver em harmonia com a natureza ou a ecologia profunda que trazia a questão sobre a real necessidade de consumo da sociedade, ou ainda o ecossocialismo que defendia o fim da propriedade privada, assim defendendo o fim do sistema capitalista. (Pepper *apud* Bernardes e Ferreira, 2006).

Haja vista a manifestação de segmentos da sociedade civil sobre a preocupação da problemática ambiental, sobretudo nos anos 60, houve um impulso no interesse mundial dos discursos políticos. Grande exemplo disso foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo em junho de 1972 que debateu sobre relação do homem com a natureza, desta conferência originou a Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente que proclamava a responsabilidade do homem com a natureza (Declaração da Conferencia das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano – 1972).

No ano 1987 a Comissão da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) apresentou o relatório Brundtland<sup>4</sup>, no qual o termo desenvolvimento sustentável estava presente. No relatório apresentado em 1987 pode-se encontrar a

---

<sup>4</sup> É uma política, diplomata e médica norueguesa, e um líder internacional em desenvolvimento sustentável e saúde pública. Em 1974 é nomeada Ministra do Ambiente, e em 1981 é nomeada Primeira Ministra da Noruega.

definição de desenvolvimento sustentável como aquele “que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder as suas próprias necessidades” (relatório Brundtland *apud* GODARD, 1997, p. 113). A difusão deste conceito não assume unidade pelas representações políticas, estudiosos e afins, ou seja, nem todos o interpretam da mesma forma, surgindo varias controvérsias sobre a sustentabilidade e de que forma ela deve ser implantada no desenvolvimento mundial sejam eles nas perspectivas econômicas, políticas ou sociais.

Mediante todas as discussões inerentes a relação homem-natureza na contemporaneidade, em 1992 acontece a Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, neste evento pode ser analisados os impactos ambientais e o mais importante foi formulada a Agenda 21 na qual foram incorporadas iniciativas de mudanças significativas para a questão ambiental (Do Rio a Rio+20 progresso e desafios a Cúpula da Terra de 1992) <sup>5</sup>.

Desta forma, com a preocupação emergente com o meio ambiente surge alternativas para a conservação dos recursos naturais, uma das alternativas implantadas na sociedade no século XIX foram às Áreas Naturais Protegidas no intuito de preservar a natureza.

De acordo com Diegues (2001), Brito (2000) e Rodrigues e Silva (2012) esse processo deu-se a partir do século XIX nos Estados Unidos, aonde se implantava uma concepção preservacionista, foram criados parques em que não poderiam existir populações residindo.

É de acordo com esse contexto que o debate sobre as áreas protegidas se caracteriza relevante, conforme apresenta no item a seguir.

### 2.2.3. Áreas Naturais Protegidas – as concepções preservacionista e conservacionismo.

As áreas naturais protegidas é resultado das discussões referente à preservação da natureza, com as manifestações que emerge sobre a questão ambiental a relação homem e natureza passou a ser debatida. Segundo Gordard (1997) em um primeiro momento há uma concepção estadunidense de preservação das áreas naturais, com a

---

<sup>5</sup> Documento disponível <http://www.onu.org.br/rio20/contexto.pdf>

criação de parques onde a natureza aparecia de forma exuberante e que jamais sofreria algum tipo de depredação.

Diegues (2001), fala exatamente sobre essa concepção preservacionista estadunidense, com o crescimento do capitalismo, a instalação das indústrias o ambiente urbano passa a ser local de produção, consumo e stress para a população. Assim, com a crescente discussão entorno da questão ambiental, a organização da sociedade para debater a problemática ambiental e as populações urbanas cansadas do ambiente industrial, foram criadas áreas com o intuito de preservar a natureza além de terem o papel de decorar os ambientes saturados pela industrialização, assim o autor afirma que:

Nesse período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada, e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais, subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação. Até o final do século XIX, grande parte do território americano era "*wilderness*". (p.24)

A característica principal destas áreas de preservação era a proibição de populações residindo nestes espaços, ou seja, mesmo que houvesse populações vivendo nas terras, estabelecidas como áreas de preservação, eles eram retirados, foi o que ocorreu no primeiro Parque Nacional de Yellowstone onde originalmente viviam os índios Crow que foram expulsos do território para a criação do Parque. (Diegues; 2001).

De acordo com Rodrigues e Silva (2012), essa concepção preservacionista expandiu-se por todo o mundo, houve certa dificuldade na implantação do modelo preservacionista nos países considerados de terceiro mundo, haja vista que o grande número de populações tradicionais que habitavam esses ambientes de áreas naturais era e ainda é significativo.

Como foi no caso do Brasil, essas preocupações surgiram justamente ligadas às populações tradicionais, que vivem em ambientes naturais cuja subsistência é proveniente dos recursos naturais existentes nestas áreas.

Diegues (2001), afirma que as populações tradicionais sofrem com a implantação das unidades de conservação nos moldes preservacionista, sendo expulsos de suas habitações pela ideologia de preservação da natureza.

De acordo com a concepção de cultura de Tylor as manifestações de um povo o caracterizam. O local onde este povo constitui-se é parte desta construção sociohistórica e tirá-los de seu ambiente configuram-se uma agressão moral, pois, retira deles a possibilidade de reproduzir-se conforme suas crenças e tradições.

Devido a todo esse debate em torno das áreas protegidas surgem concepções diferenciadas quanto às populações tradicionais oriundas desses territórios. Castro (1997) e Diegues (2001) defendem a permanência das populações tradicionais em seus locais de origem.

Segundo Castro (1997), estas populações são importantes,

[...] para intervir na crise ecológica, pois eles conseguiram, ao longo do tempo, elaborar um profundo conhecimento sobre os ecossistemas, conhecimento que lhes garantiu até hoje a reprodução de seu sistema social e cultural (p.222)

Na mesma perspectiva de abordagem Diegues (2001) ressalta a importância das populações tradicionais, uma vez que:

[...] a implementação de áreas naturais protegidas que respeitem essa prática tradicional podem contribuir tanto para a proteção de forma de vida humana mais compatível com a diversidade biológica, quanto para a conservação do mundo natural (p.155).

Desta forma, a permanência da população tradicional nos territórios protegidos não é só justificada pelo direito das mesmas, como também pela preservação do ambiente natural.

#### 2.2.4 As Áreas Naturais Protegidas no Brasil – uma breve leitura

De acordo com Diegues (2001), Rodrigues e Silva (2012) em meados da década de 70, a concepção preservacionista foi sofrendo modificações. A idéia de conservar a natureza ao mesmo tempo em que postula a permanência das populações tradicionais faz surgir o conceito de conservação.

Esse conceito ganhou espaço principalmente nos países em desenvolvimento onde havia a existência de populações habitando em áreas naturais. Neste sentido, Brito (2000), Rodrigues e Silva (2012) afirmam que as principais críticas aos modelos de áreas protegidas vinham daqueles que atuavam na área das ciências sociais, pois são esses pensadores e profissionais que lutam pelos direitos das populações tradicionais,

desta forma a expulsão dessas populações para a criação de reservas e parque caracteriza uma negação do direito das mesmas de se reproduzirem histórica, social e culturalmente.

No Brasil, as áreas de conservação foram criadas a partir dos anos 30 nos moldes do preservacionista dos Estados Unidos. No final do século XX e início do XXI debates sobre a presença de populações nesses espaços se intensificam, sobre tudo pelo contexto que se apresentava a questão ambiental. (Rodrigues e Silva, 2012).

Na perspectiva de alguns autores (Castro, 1997; Diegues, 2001; Chaves, 2001; Rodrigues e Silva, 2012) as populações tradicionais são de fundamental importância para a conservação das áreas naturais. Neste sentido, levando em consideração o processo histórico de criação de áreas protegidas e o debate em torno da questão ambiental no Brasil, as populações apareceram, por meio de pesquisas, como uma opção para o enfrentamento da degradação ambiental, visto que as mesmas possuíam técnicas tradicionais de manejo.

Brito (2000), Rodrigues e Silva (2012) falam que em 1979, através do IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal foi criado o Plano de Sistemas de Unidade de Conservação, o mesmo deveria estudar proposta para a criação de novas Unidades de Conservação, esse período foi importante, contudo para a Amazônia. Essas unidades foram criadas de forma autoritária, visto que nesta época no Brasil estava instalada a ditadura militar, desta maneira não houve qualquer consulta popular.

No ano de 2000 foi promulgada pelo Vice-Presidente do Brasil José Sarney Filho a lei N.º 9.985, de 18 de julho que regulamenta o art. 225 da Constituição Federal estabelecendo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza. Segundo a lei o SNUC tem como objetivos:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (Lei n.º 9985, art.4º)

Segundo Cabral e Souza (2005) o SNUC é resultado de quase dez anos de debate em torno da problemática socioambiental no país, respeitando assim a essência histórica do povo brasileiro. Neste sentido, o referido autor destaca que como um dos principais avanços na política de proteção ambiental é a garantia do envolvimento do cidadão, sendo postulado a participação efetiva da sociedade nesse processo de desenvolvimento.

E uma das principais características deste envolvimento é a participação da população e do reconhecimento de suas técnicas tradicionais de manejo que podem auxiliar no desenvolvimento de alternativas sustentáveis.

De acordo com Cabral e Souza (2005),

[...] pela primeira vez no Brasil, o meio ambiente é visto não como uma restrição ao desenvolvimento, mas como um mosaico de oportunidades de negócios sustentável que harmonizam o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a proteção dos recursos naturais. (p.23)

Ou seja, a criação do SNUC é um marco para a legislação brasileira no que concerne a questão ambiental e as populações tradicionais, pois garanti a proteção dos recursos naturais ao mesmo tempo em que protege a permanência dos grupos humanos na área em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

A comunidade estudada na pesquisa se enquadra na modalidade apresentada na SNUC como Unidade de Uso Sustentável que tem por objetivo a preservação da



natureza e o uso parcial dos recursos naturais. De acordo com a Lei a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) esta se constitui como:

[...] área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (Lei n.º 9985, art. 20)

Ou seja, a legislação se preocupa com a questão ambiental, mas também reconhece a importância das populações tradicionais para a conservação destes ambientes.

No Amazonas existe uma política específica para a regulamentação das Unidades de Conservação trazendo as especificidades da região e as subdivisões necessárias para melhor atender os espaços diversificados. Primeiramente foi criada a Secretária Estadual do Meio Ambiental e Sustentabilidade em 2003 de acordo com o documento Amazonas Conservation Network (2008) começou-se a pensar implementação de políticas públicas.

Em junho de 2007 foi criada a lei complementar que especifica a regulamentação das unidades de Conservação no Estado do Amazonas contendo em suas disposições preliminares:

Esta lei institui o SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - SEUC, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação, bem como as infrações cometidas em seu âmbito e as respectivas penalidades. (Lei Complementar 53, art. 1º)

Neste sentido, as Unidades de Conservação no Amazonas obedecem à legislação própria que visa complementar a legislação nacional. Principalmente no que desrespeito as especificidades da região norte.

### **3. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA**

A discussão sobre a questão sócio-ambiental em áreas protegidas vem ganhando espaço no ambiente acadêmico científico, principalmente no Brasil visto que a existência de populações tradicionais nos espaços de proteção ambiental caracteriza um elemento importante no debate da relação homem-natureza. Digues (2001) e Chaves (2001) apresentam que essas populações têm uma maneira própria de interação social e com o meio ambiente, e que o entendimento desta forma diferenciada de interação torna-se um fator importante para a conservação ambiental. Assim, entende-se que as populações tradicionais são de fundamental importância na conservação da natureza. Nesta perspectiva a presente pesquisa analisou as práticas culturais e as condições socioeconômicas em uma comunidade ribeirinha situada em uma Unidade de Conservação.

#### **3.1 Caracterização do Estudo**

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi específica de um estudo de caso, segundo GIL (2010) o estudo de caso estuda os fenômenos de determinada situação e tenta entendê-los (p.59), nesse sentido, a pesquisa visa estudar o fenômeno e seu contexto para entender e delinear o problema, a fim de caracterizar e descrever o fenômeno contemporâneo, buscando os limites entre fenômeno e contexto e a partir disso entender a realidade pertinente ao proposto no estudo.

A metodologia consta instrumentos e técnicas de caráter qualitativo e quantitativo. Que de acordo com Lakatos (2002) “as medidas quantitativas respondem a pergunta “quanto” e as qualitativas à questão “como”“. Os dois tipos são importantes na investigação e se constituem no corpo do trabalho no qual auxiliou para entender a problemática proposta no projeto de pesquisa, viabilizando assim a construção deste relatório.

#### **3.2 Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé: caracterização do objeto de pesquisa.**

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé foi criada em 25 de agosto de 2005, a partir do Decreto n.º 8.044, pelo poder público municipal de Manaus, sobre a categoria de unidade de uso sustentável a qual tem como objetivo:

[...] preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais (Plano de Manejo, 2008, p. 16).

De acordo com o plano de manejo (2008)<sup>6</sup> a RDS do Tupé é caracterizada como uma Unidade de Proteção integral de uso sustentável seguindo a divisão conceitual da SNUC. O plano de manejo da RDS do Tupé tem como objetivos:

- Levar a Unidade de Conservação a cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação;
- Orientar a gestão da UC;
- Definir ações específicas para o manejo da UC; Orientar a aplicação dos recursos financeiros destinado à UC;
- Destacar a importância da Unidade de Conservação para a região e para o país; Estabelecer zoneamento e normas de uso;
- Promover a integração socioeconômica das comunidades relacionadas com a UC. (p.16).

Conforme o documento existe seis comunidades que compõem a RDS do Tupé sendo elas; Nossa Senhora do Livramento; São João Tupé; Agrovila; Julião, Colônia Central e Tatu.

---

<sup>6</sup> Esse documento é um estudo sobre a área de criação da RDS do Tupé feito pela Prefeitura de Manaus e a Secretária Municipal de Meio Ambiente, esse documento visa diagnosticar e caracterizar a unidade, e mediante esses estudos subsidiar o planejamento da RDS, ou seja, elaborar o plano de manejo que é o documento que visa estabelecer normas para o uso da área e o manejo dos recursos naturais. (plano de manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé – Projeto Corredores Ecológicos – 2008).

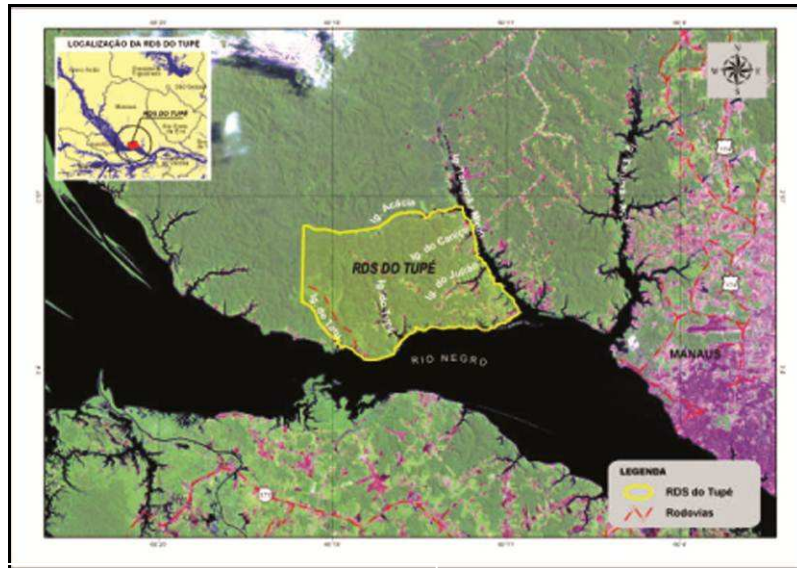


Figura 01: REDES do Tupé.  
 FONTE: Plano de Manejo, 2008.

De acordo com o Plano de Manejo da RDS do Tupé, sua localização é na zona rural de Manaus, à margem esquerda do rio Negro e possui os seguintes limites: começa na confluência do rio Negro com a margem direita do igarapé do Tatu ( $03^{\circ} 03' 02, 241''S$  e  $60^{\circ} 17' 46, 121''W$ ), seguindo por este até sua nascente ( $03^{\circ} 01' 18, 293''S$  e  $60^{\circ} 19' 10, 903''W$ ); desse ponto, segue por uma reta no sentido sul/norte até o igarapé Acácia ( $02^{\circ} 58' 03, 139''S$  e  $60^{\circ} 19' 10, 404''W$ ), daí, por uma linha mediana, até a confluência com o igarapé Tarumã-Mirim ( $02^{\circ} 57' 25, 023''S$  e  $60^{\circ} 12' 45, 624''W$ ), e por fim segue pela margem direita do igarapé Tarumã-Mirim até a sua foz como o rio Negro ( $03^{\circ} 01' 42, 851''S$  e  $60^{\circ} 10' 30, 770''W$ ), seguindo pela sua margem esquerda, até o ponto inicial do igarapé Tatu.

Conforme ONG IPÊ *apud* (2007) e Aguiar *et. al.* (2007) o Baixo Rio Negro no período da colonização era habitado pelos povos Tarumã, Manaós e Barés. Dentre essas populações, principalmente os Manaós, enfrentaram com a colonização repressões violentas, o que desencadeou uma transformação cultural e a perda populacional, pois aqueles que não foram mortos acabaram por ser incorporados aos aldeamentos e conseqüentemente chegando até a extinção absoluta de alguns, em decorrência dos empreendimentos mercantis, e religiosos, guerras e epidemias instaladas após chegada dos colonizadores europeus.

### 3.2.1 Comunidade de Julião: Infraestrutura, bens e serviços sociais.

A pesquisa teve como *locus* a comunidade de Julião que se situa a margem direita do Tarumã-Mirim em uma bifurcação formada pelos igarapés do Julião e Farias. A comunidade recebeu esse nome pelo seu primeiro morador “Velho Julião”, que juntamente com sua família, foi quem primeiro ocupou as terras onde se situa a comunidade (Nascimento, *et al.*, 2007), sendo oriunda da ocupação de propriedade particular, anteriormente se constituía de um seringal que havia no local. Foi oficialmente fundada no ano de 1992, com 20 famílias. A Associação Comunitária foi fundada em fevereiro de 1993.

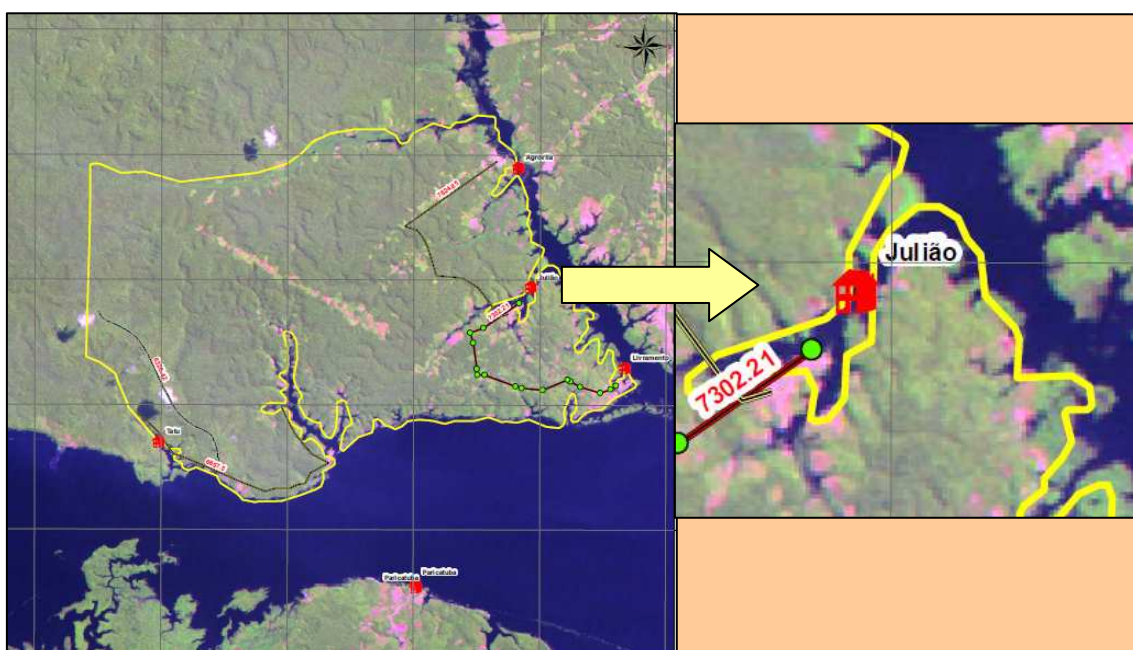


Figura 02: Comunidade de Julião.  
FONTE: Plano de Manejo, 2008.

O transporte de passageiros para a comunidade, assim como para as demais da RDS do Tupé e de seu entorno é realizado via fluvial por lanchas da Associação dos Canoeiros da Marina do David e Fátima (ACAMDAF). Na época de seca as lanchas, que são chamadas pela população local de voadeiras<sup>7</sup>, não chegam ao porto fluvial da comunidade, neste período é necessário desembarcar no flutuante<sup>8</sup> do Sem Terra para trocar de transporte da voadeira para rabetá<sup>9</sup> até a comunidade. A viagem à comunidade

<sup>7</sup> Lancha pequena utilizada para transporta entre 20 a 30 pessoas.

<sup>8</sup> Plataforma que fica sobre a água onde atracam embarcações.

<sup>9</sup> É uma canoa com pequeno motor acoplado, utilizado para acessar igarapés, lagos ou qualquer área de difícil acesso.

de Julião dura aproximadamente de 30 minutos a 40 minutos considerando a época de cheia ou seca na região.

Atualmente, a comunidade constituiu-se de 71 famílias<sup>10</sup>, entre as quais a maioria reside efetivamente na comunidade, segundo o líder comunitário existem cerca de 200 pessoas.

De acordo com os informantes a infraestrutura da comunidade possui um porto fluvial, uma antena de telecomunicações, uma escola municipal que atende as crianças e jovens da Comunidade, funcionando nos dois horários, matutino e vespertino, sendo disponibilizado nos dois horários na modalidade regular, a escola oferece apenas Ensino Fundamental. O quadro funcional da Escola Municipal Canaã II é composto pelo total de cinco professores e a diretora, formam a equipe de educadores do lugar, sendo que eles são moradores de Manaus, apenas a Merendeira e a Zeladora são da comunidade.



Figura 03: Escola Municipal Canaã II  
FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/  
2012



Figura 04: Fachada da Escola Municipal  
Canaã II  
FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/  
2012

No que concerne à saúde na comunidade, há um posto de saúde, que foi construído pelos moradores para receber um microscópio a fim de realizar análise de exames de malária e dengue, possui uma equipe técnica formada por três agentes, sendo eles, dois agentes de saúde, um agente de endemias todos moradores da comunidade. O posto recebe um médico de Clínica Geral e um dentista uma vez por semana. A comunidade de Julião também dispõe de 02 igrejas uma religião católica e outra evangélica.

---

<sup>10</sup> Informação obtida junto ao Líder Comunitário que tem como base pesquisas feita pela UFAM/2005.

A energia elétrica, na comunidade, de acordo com o líder comunitário, é utilizada vinte quatro horas por dia e são usuários 90% dos moradores. Esta realidade foi possível por meio do programa do Governo Federal Luz para Todos. O abastecimento de água não é realizado por nenhum órgão público. Assim, os moradores obtêm água do poço artesiano que fica na escola, sendo esse o único meio de conseguir água potável na comunidade, segundo informantes existe dificuldade frequente no acesso a água devido à distância entre a escola e a residência de alguns moradores.

No que concerne à moradia na comunidade, de acordo com o levantamento feito pelo formulário semiestruturado, observou-se que a 82% das moradias são feitas de madeiras. Em relação ao meio de transporte, segundo os dados passados pelo líder comunitário, à maioria dos moradores possui transporte próprio, uma vez que a comunidade não dispõe de transporte coletivo, a não ser a lancha escolar que faz o transporte dos alunos de comunidades vizinhas que freqüentam a escola de Julião. Desta forma, são informados que existe em media 25 embarcações particulares, estas divididas entre barcos, rabetas e canoas<sup>11</sup>.

Na questão da organização sociopolítica os comunitários organizam-se por meio da Associação de Moradores, a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade de Julião que foi criada através da necessidade de organização dos moradores e principalmente para propiciar aos mesmos o acesso a bens e serviços oferecidos pelo governo, fundada em 26 de fevereiro de 1993, a Associação possui sede própria, construída no ano de 2000, porém com péssima estrutura. De acordo com o líder comunitário à Associação possui CNPJ regularizado, contudo na documentação a localização da sua sede tem endereço em Manaus, dificultando assim a realização de alguns projetos que beneficiariam a comunidade.

---

<sup>11</sup> Uma embarcação leva a remo que pode ser de madeira ou alumínio.



Figura 05: Sede da Associação Comunitária  
FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/  
2012



Figura 06: Placa de Identificação da  
Comunidade na RDS - Tupé  
FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/  
2012

Possui também um grupo de mulheres que se organizam por meio da produção de balas artesanais do fruto do cupuaçu e coco, algumas também desenvolvem atividades artesanais com a casca do cupuaçu e de outras matérias encontrados na natureza, organização se dá de forma informal, ou seja, não possuem CNPJ oriundas de uma cooperativa ou associação.

Durante a entrevista feita com o líder comunitário o mesmo informou que ninguém tem título definitivo da terra. Conforme o plano de manejo (2008) isso ocorre devido à situação fundiária que ainda esta em processo de regularização, neste sentido está sendo feito levantamento em cartórios e órgãos responsáveis pela questão agrária.

### 3.3 Fases da Pesquisa

#### 3.3.1 Fase Preliminar

A primeira fase foi composta pela pesquisa bibliográfica caracterizada como procedimento preliminar para a execução da pesquisa, pois a mesma teve como objetivo fundamentar teoricamente a pesquisa de campo. Foram selecionados trabalhos científicos de relevância para a temática. Além disso, essa fase foi composta por outros procedimentos necessários para o desenvolvimento da pesquisa como:

- Leitura e fichamento dos textos selecionados;
- Elaboração do instrumental metodológico de coleta de dados;
- Elaboração do Termo de Anuência;
- Elaboração do Termo de Livre e Esclarecido (TCLE);



- Aprovação do projeto junto a Plataforma Brasil e o Comitê de Ética/UFAM.

No que se refere às coletas de dados foram tomadas todas as precauções para garantir os direitos dos informantes à participação voluntária, ressaltando que todos os dados pessoais e de sua família ficaram guardados no banco de dados da pesquisa que é da responsabilidade dos pesquisadores, e que as informações fornecidas seriam exclusivamente para a elaboração do relatório da referente pesquisa.

Outro ponto importante nesta fase da pesquisa é a aprovação junto a Plataforma Brasil divulgado aos pesquisadores no dia 05 de dezembro de 2012. Sendo submetido para análise projeto de pesquisa, instrumentais de coletas de dados, informação sobre os pesquisadores envolvidos, riscos e benefícios da pesquisa.

### 3.3.2 Fases da Pesquisa de Campo

Na segunda fase foram feitas às visitas a campo para a aplicação dos instrumentais da pesquisa para a obtenção de dados a fim de realizar a identificação da realidade comunitária. Foram feitas as definições dos sujeitos objetivando os limites da pesquisa e do objeto social. Foram realizadas viagens nas quais se desenvolveu as seguintes atividades:

- Visita técnica ao Lócus de investigação para conhecer a área e identificar as lideranças dentro da comunidade;
- Reunião com o líder comunitário para marcar com a comunidade a apresentação do projeto de pesquisa e assinatura do termo de anuência;
- Reunião com os comunitários para apresentar o projeto de pesquisa;
- Mapeamento das lideranças locais e informantes chaves;
- Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para aplicação de formulário;
- Aplicação de Formulários;
- Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para realização das entrevistas semi-estruturadas;
- Aplicação da Entrevista semi-estruturada;

- Participação em reuniões da comunidade;
- Registro fotográfico.

É importante resaltar que durante o desenvolvimento das atividades relacionadas estava presente à orientadora para a supervisão da bolsista, com o intuito de acompanhar e nortear quanto às técnicas de abordagem dos sujeitos, aplicação dos instrumentais da pesquisa e o processo de obtenção dos dados.

### 3.3.3 Fase de Sistematização, Organização, Análise dos dados, Montagem do banco de dados e Elaboração do relatório da pesquisa.

A terceira fase foi construída o núcleo central da pesquisa, após a coleta de dados os elementos foram selecionados, codificados e tabulados para que as informações coletadas fossem apresentadas. Nesta fase foram executadas as seguintes atividades:

- **Organização e análise dos dados:** as informações foram organizadas e sistematizadas para ordenamento e construção de gráficos, tabelas e quadros; foram realizadas análises para a consolidação de argumentos, análise e interpretação dos dados, a fim de contribuir na construção do quadro de referências das categorias analíticas estudadas.
- **Relatório:** Elaboração do resumo, relatório final e apresentação oral final do PIBIC.

## 3.4 Técnicas e instrumentais de coleta de dados:

Técnicas de Pesquisa	Instrumentos de Coleta de Dados	População-Alvo
<b>Levantamento Socioeconômico</b>	Formulários semi-estruturada	<b>18 famílias que vivem na comunidade</b>
<b>História oral</b>	Registro Fotográfico e Fonográfico	<b>Informantes-chave Comunitários</b>

<b>Entrevista Semi-Estruturada</b>	Visita técnicas aos representantes de grupos domésticos da comunidade	<b>Informantes-chave 4 famílias que vivem na comunidade</b>
<b>Observação participante, sistemática e assistemática.</b>	<b>Visitas técnicas e participação nas reuniões e atividades socioeconômicas e culturais da comunidade</b>	<b>Comunitários</b>

Quadro 01: Técnicas e Instrumentos de Pesquisa  
 FONTE: RODRIGUES E SILVA/ 2012

## **4. RESULTADO DA PESQUISA.**

A apresentação dos dados obtidos nesta pesquisa será exibida conforme as análises sistemáticas dos dados qualitativos e quantitativos. Sendo assim, os dados foram organizados em formas de quadros, gráficos, tabelas e imagens, nos quais constam informações complementares a cerca da temática discutida.

Desta forma a Comunidade de Julião, configura-se como uma comunidade amazônica que segundo Chaves (2001), Rodrigues (2009) e Rodrigues e Silva (2012) tem um contexto sociocultural que se constitui de praticas particulares de seus agentes sociais, estabelecendo um conjunto complexo formando o *modus vivendi* dessa população.

### **4.1 Caracterizações dos informantes**

A pesquisa foi realizada junto a dezessete informantes sendo onze mulheres correspondendo a 67% dos entrevistados e seis homens com 37%. Os informantes variando entre 25 anos e a acima de 60 anos sendo 52% dos entrevistados esta na faixa de 50-60 anos caracterizando que a população local é formada por pessoas mais idosas. De acordo com o plano de manejo (2008), em 2006 havia 139 famílias residindo na Comunidade. Conforme as informações coletadas pela presente pesquisa a maior parte das famílias mudaram-se da comunidade tendo em vista as dificuldades encontradas pelas proibições estabelecidas a partir da implementação da RDS, por esse motivo os mais jovens mudaram-se para Manaus e/ou outras localidades.

A maioria considera-se mestiço, segundo Rodrigues e Silva (2012) os comunitários entendem mestiço como o cruzamento do índio com o branco.

No que concerne ao estado civil, 40% dos entrevistados informaram que são casados, 24% solteiros, 18% separados e 18% vivem em estado de união consensual.

Quanto a Escolaridade dos informantes podemos visualizar que os mesmos sabem ler e escrever, como demonstrado no gráfico a seguir:

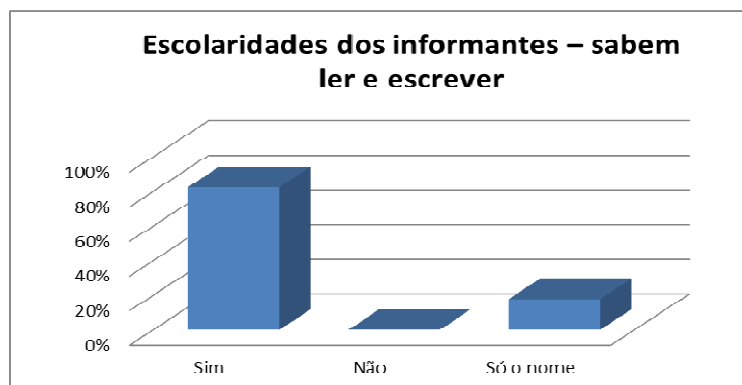


Gráfico 01: Escolaridades dos informantes – sabem ler e escrever  
 FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

Quanto ao nível de formação, 47 % têm o ensino fundamental incompleto e o limite máximo da formação dos entrevistados é o ensino médio incompleto. Importante ressaltar que a escola existente na comunidade oferece apenas o ensino fundamental, ou seja, os que possuem ou desejam concluir o ensino médio tem que deslocar-se da comunidade para o município de Manaus.

Quanto à naturalidade dos informantes, 35% dos informantes são oriundos de outro Estado do Brasil, 29% nasceram em municípios do Estado do Amazonas, 24% são naturais de Manaus, 6% de outra comunidade de Manaus e 6% nasceram na Comunidade de Julião. Conforme Chaves (2001), Rodrigues e Silva (2012), esse processo é comum nas comunidades da Amazônia, visto que muitos grupos familiares encontram dificuldades de acesso a bens e serviços sociais e em outros casos são desapropriados. Neste contexto é importante resaltar que essas populações têm dificuldades de se inserirem no modo de vida urbano, acabam voltando para a área rural. Todos os informantes residem na comunidade a mais de cinco anos, conforme a gráfico.

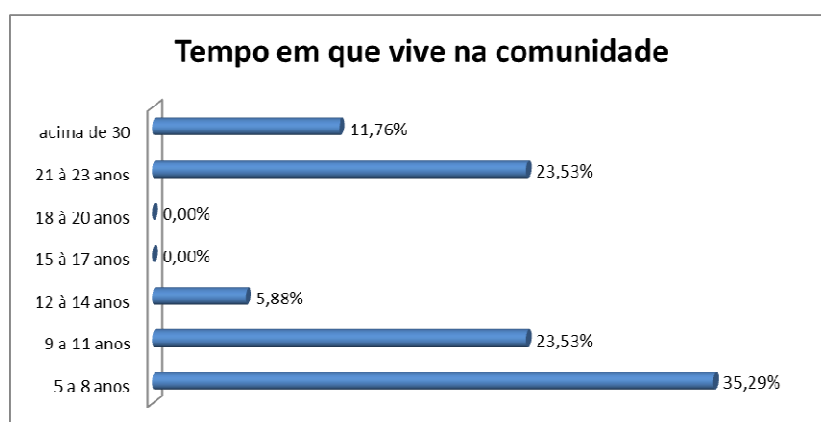


Gráfico 02: Tempo em que vive na Comunidade  
 FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

De acordo com dados coletadas doze dos dezessete informantes residiu em Manaus antes de vim para comunidade de Julião os outros lugares citados na pesquisa foram no Estado do Pára e em outras comunidades ribeirinhas do Amazonas.

#### 4.1.1 Caracterização Socioeconômica

Quanto à caracterização socioeconômica dos informantes foi identificada a profissão, o tempo em que o entrevistado desenvolve essa atividade, com quem aprendeu este ofício, se o mesmo tem outras atividades para o complemento da renda familiar, quais seriam estas atividades, onde e em que épocas elas são desenvolvidas. Referente a essa questão, foi identificado que mesmo tendo atividades profissionais bem estabelecidas a atividade principal para o sustento da família, em muitos casos, é diferente de sua profissão e que uma das principais justificativas para isso é a criação da RDS e suas normas.

No que se refere às profissões apontadas pela pesquisa encontramos: pescadores (a), extrativistas, agricultores (a) e outros conforme gráfico abaixo:

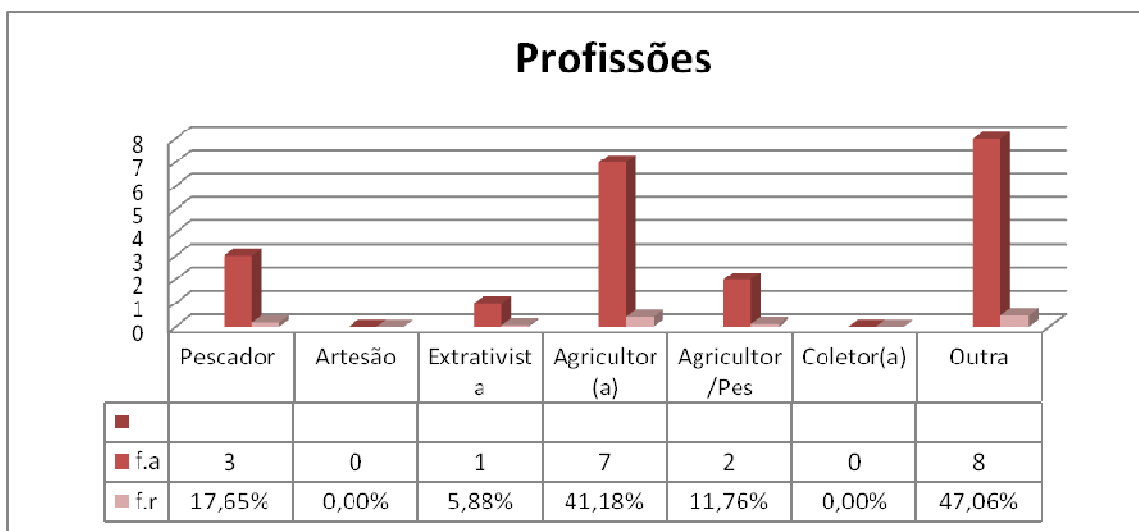


Gráfico 03: Profissões  
 FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

O tempo varia conforme as profissões a maioria desenvolve suas atividades de 02 a 05 anos e também têm casos em que os entrevistados exerciam sua profissão a mais de 10 anos, principalmente os informantes que trabalham com a agricultura.

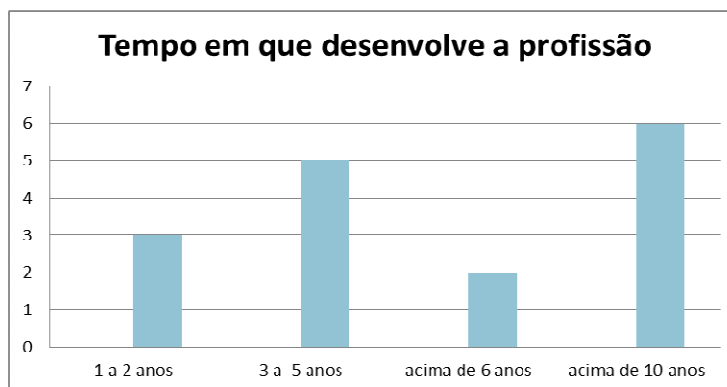


Gráfico 04: Tempo em que desenvolve a profissão  
 FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

Outra informação de grande relevância para a caracterização dos informantes é com quem eles aprenderam esta profissão, a pesquisa mostra que a maior parte dos informantes, principalmente os que trabalham com a pesca, agricultura e extrativismo aprenderam essas atividades com seus pais. Na perspectiva de alguns autores (Wagley, 1988; Rodrigues, 2001; Diegues, 2001; Chaves, 2001; Rodrigues e Silva, 2012), as atividades de subsistência das comunidades ribeirinhas estão ligadas ao processo sócio-histórico e cultural, ou seja, essas práticas caracterizam-se tradicionais, pois passam de pai para filho carregando uma herança cultural, tendo como base a tradição oral.

Wagley (1988) e Peroni (2004) afirmam que em comunidades de populações tradicionais é natural que se tenha várias atividades produtivas. Desta forma, quando foram questionados se teriam outras atividades para o complemento do sustento familiar os informantes responderam afirmativamente, relatando que era necessário o exercício de outras atividades econômicas para garantir o complemento da renda, conforme é apresentado na tabela a baixo.

Atividades econômicas para complemento do sustento familiar	F.a.	F.r.
Sim	7	41%
Não	8	47%
Às vezes	2	12%
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100%</b>

Tabela 01: Atividades econômicas para complemento do sustento familiar  
 FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

Neste caso específico por se tratar de uma comunidade situada em uma RDS, e o plano de manejo ainda não está disponível para os comunitários, outras atividades são desenvolvidas para complemento da renda familiar. Uma dos pontos mais abordados na pesquisa está relacionada com atividades de caseiro, ou seja, cuidadores de terrenos e casas de moradores que só vão aos fins de semana, neste caso algumas residências na área se tornaram sítio. Rodrigues e Silva (2012) afirmam que pelo movimento de moradores que vem apenas no fim de semana surgem essas novas formas de atividades econômicas, que de acordo com as pesquisas desenvolvidas na área, estas consistem em uma das principais atividades econômicas da comunidade de Julião e de muitas outras comunidades situadas na RDS do Tupé, como é o caso da comunidade Nossa Senhora do Livramento.

Outras atividades são pequenas plantações, atividades artesanais como balas, geléias e farinha. Outra forma apresentada para o complemento da renda familiar é o recebimento de benefícios sociais como bolsa família e aposentadorias, este último tendo em vista a faixa etária dos informantes.

As épocas de desenvolvimento das atividades variam, de acordo com os informantes, muitas das atividades são realizadas durante todo o ano como a agricultura que em cada época específica, é realizada uma parte do processo produtivo. Referente a isso, Wagley (1988), Chaves (2001), Araújo (2003) e Silva e Begossi (2004) demonstram que as atividades produtivas das comunidades tradicionais estão intimamente ligadas às variações sazonais, a vida cotidiana está intrinsecamente relacionada com os ciclos da natureza, em algumas áreas os comunitários afirmam que o rio comanda a vida.

No que concerne à renda mensal das famílias 82% dos entrevistados informaram que sua renda mensal é de até um salário mínimo, 12% de um salário mínimo a dois e 6% é de dois a cinco salários mínimos conforme gráfico abaixo.



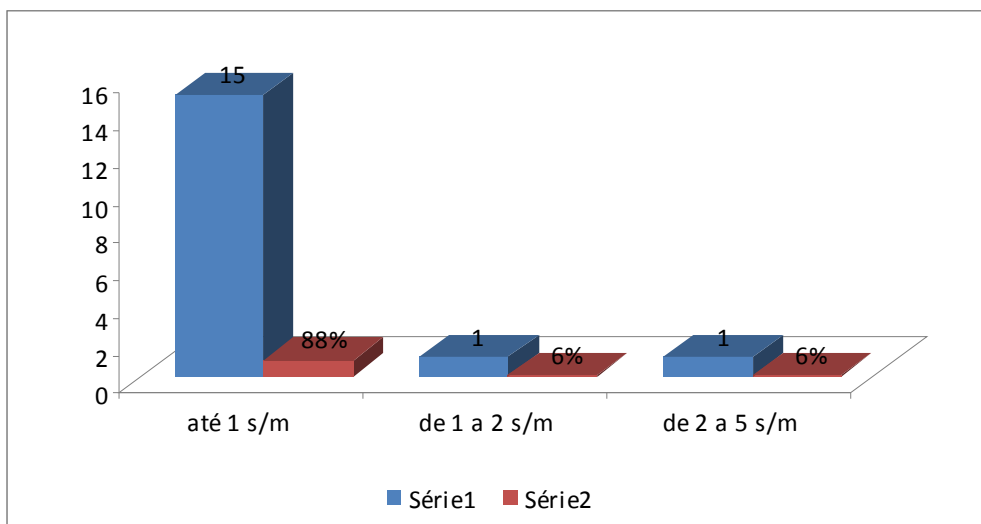


Gráfico 05: Renda mensal familiar  
 FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

No que se refere ao número de pessoas que trabalham para compor o sustento familiar, na maior parte dos casos analisados, somente o informante é o provedor da família sendo 62% dos casos o próprio informante e 38% o informante e seu esposo (a).

Outro ponto estudado pela presente pesquisa são as transformações nas atividades dos comunitários com a criação da RDS, com a criação da RDS as atividades produtivas dos informantes foram modificadas principalmente na pesca, agricultura, caça artesanato e extrativismo. Quando os informantes foram questionados quanto aos tipos de mudanças ocorrida na comunidade eles apontaram como principais as proibições decorrentes da criação da reserva, como: não poderem mais tirar madeira da floresta, não poderem mais fazer várias quadras para o plantio, a pesca só pode ser realizada para o próprio sustento, ou seja, as proibições limitaram as atividades produtivas, conduzindo os comunitários a exercerem outras atividades para complementar a renda.

Segundo o informante S “Extrativismo ficou proibido, agricultura limitada quanto às quadras de roça e pesca só para a subsistência” (ENTREVISTADA S, 09/12/12).

#### 4.1.2 Estrutura Familiar

Quanto à estrutura familiar dos informantes foi identificado que:

Número de pessoas moram na sua casa além do Sr. (a)	F.a.	F.r.
Apenas 01	5	29%
Apenas 02	3	18%
De 03 a 06	9	53%
Acima 06		0%
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100%</b>

Tabela 02: Número de pessoas  
 FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

De acordo com os formulários aplicados 90% das famílias têm filhos sendo 53% das famílias com filhos em idade escolar e os outros 47% das famílias os filhos não moram mais com os pais na comunidade, conforme os gráficos abaixo:

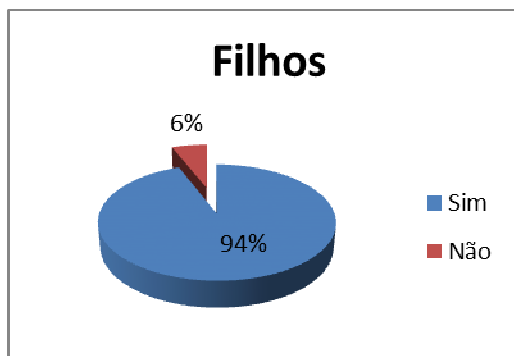


Gráfico 06: Filhos  
 FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

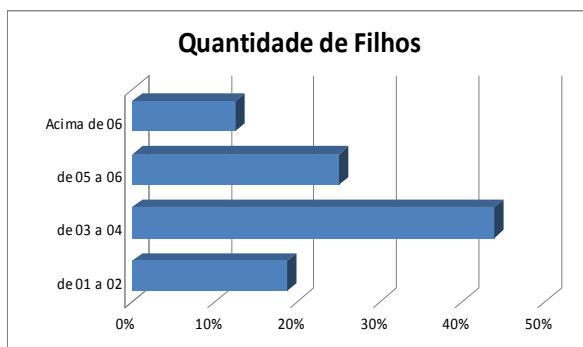


Gráfico 07: Quantidade de filhos  
 FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

## Filhos em Idade Escolar

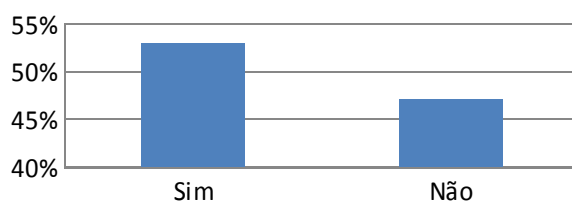


Gráfico 08: Filhos em idade escolar  
 FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

Das famílias que possuem filhos em idade escolar, informaram que todos estudam a maioria ainda são atendidos pela escola da comunidade, os que já concluíram o ensino fundamental estudam em outras comunidades vizinhas ou tiveram que se

mudar para Manaus para terminar os estudos. A participação dos responsáveis na vida escolar das crianças e adolescentes é uma informação relevante que merece destaque nesta comunidade, 100% dos pais entrevistados com filhos em idade escolar acompanham as atividades escolares dos seus filhos efetivamente, como mostra as tabelas abaixo:

<b>Acompanhamento das crianças e adolescentes nas atividades escolares</b>	<b>F.a.</b>	<b>F.r.</b>
Sim	9	100%
Não	0	0%
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>100%</b>

Tabela 03: Acompanhamento das crianças e adolescentes nas atividades escolares  
 FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

<b>Participação nas reuniões Escolares.</b>	<b>F.a.</b>	<b>F.r.</b>
Sim	9	100%
Não	0	0%
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>100%</b>

Tabela 04: Participação nas reuniões escolares  
 FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

#### 4.1.3 Condições de Moradia

Quanto às condições de moradia pode-se observar que 90% possuem casa própria, em todos os casos os informantes não possuem documento da propriedade definitivo, a não serem recibos de compra, mas fora este não existe nenhum documento. De acordo com o plano de manejo (2008) isso ocorre devido à situação fundiária que ainda esta em processo de regularização, pois as terras da RDS abrangem propriedades publicas e privadas, neste sentido, está sendo feito levantamento em cartórios e órgãos responsáveis pela questão agrária.

As casas em sua maioria são feitas de madeira, mas também encontramos casas mistas, ou seja, metade feita de madeira e metade feita de alvenaria como mostra o gráfico abaixo.



Gráfico 09: Material que é feita às casas  
 FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

De acordo com Chaves (2001), Rodrigues (2009) e Rodrigues e Silva (2012) esse tipo de moradia é característico da região, importante frisar que em sua grande maioria os próprios moradores são também os construtores, demonstrando habilidade para construção. As casas dos entrevistados possuem mais de um cômodo conforme ilustrado na tabela abaixo:

Quantidade de cômodos na casa	F.a.	F.r.
Apenas 01	2	12%
Apenas 2	4	24%
De 3 a 4	9	53%
De 5 a 6	2	12%
Acima de 6	0	0%
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100%</b>

Tabela 05: Quantidade de cômodos na casa  
 FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

Quanto à infraestrutura das casas 53% das casas possuem fossa sanitária. No que se referem à luz elétrica todas as casas tem fornecimento de luz elétrica do programa federal Luz para todos, segundo os informantes esse abastecimento ainda é muito precário, pois há falta de luz frequentemente na comunidade. A água para o uso é do poço artesiano da escola, o mesmo abastece toda a comunidade.

De certa forma, as condições de moradias caracterizam-se boas, levando em consideração a pouca viabilização advinda do governo e as condições de transporte de

materiais e recursos para a comunidade que devem ser feitas via fluvial, um exemplo disso é a coleta de lixo, que mediante depoimento dos informantes é muito precária.

## 4.2 Organização Sociocultural

A organização sociocultural das populações tradicionais da Amazônia caracteriza-se pela miscigenação de diversos povos que aqui existiam e os que migraram e imigraram para região. De acordo com Benchimol (2009), Wagley (1988) e Araújo (2003) essa grande diversidade cultural é que caracteriza as praticas culturais das populações amazônicas.

Desta forma, dados da pesquisa possibilitam a leitura das formas de interação entre os comunitários, as atividades coletivas na comunidade, as festas e comemorações realizadas no âmbito comunitário, as atividades produtivas e como elas são desenvolvidas.

### 4.2.1 Atividades Culturais

- Festas

Um dos fatores mais importantes da caracterização cultural são as festas realizadas nas comunidades tradicionais, mais do que uma forma de diversão às comemorações são uma forma de arrecadação de dinheiro, movimentação econômica e interação social. Na comunidade de Julião uma das principais atividades são os torneios de futebol que acontece em toda RDS:

Comemorações na comunidade	F.a.	F.r.
Festa da padroeira	2	6%
Festa evangélica	9	26%
Festival	2	6%
Torneios	12	34%
Outros	10	29%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Tabela 06: Festas comemorativas da Comunidade  
FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

Neste ponto, em específico, é importante destacar que diferente de algumas comunidades amazônicas a festa dos Santos não são muito tradicionais na comunidade de Julião, visto que parte dos moradores são evangélicos. Um dos fatores apontados por uma entrevistada R é o fato da Igreja Católica que existiu na comunidade está abandonada e por conta disso as comemorações dos santos que eram organizadas pela Igreja não estão mais acontecendo. Mas outras festas apareceram na pesquisa:



Quadro 10: Outras festas  
FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

De acordo com os entrevistados essas festas acontecem todos os anos e é de responsabilidade de toda a comunidade. A organização geral do Aniversário da Comunidade e da Festa Natalina fica na responsabilidade da diretoria da Associação comunitária encarregada de arrecadar donativos e a divisão da doação de alimentação para as festas. Já a festa junina da escola tem como coordenação geral os funcionários da escola, mas toda a comunidade participa.

- Atividades Coletivas

Outra característica das comunidades tradicionais são as atividades coletivas. Em Julião existe essa prática e a maior parte dos comunitários participa das atividades.

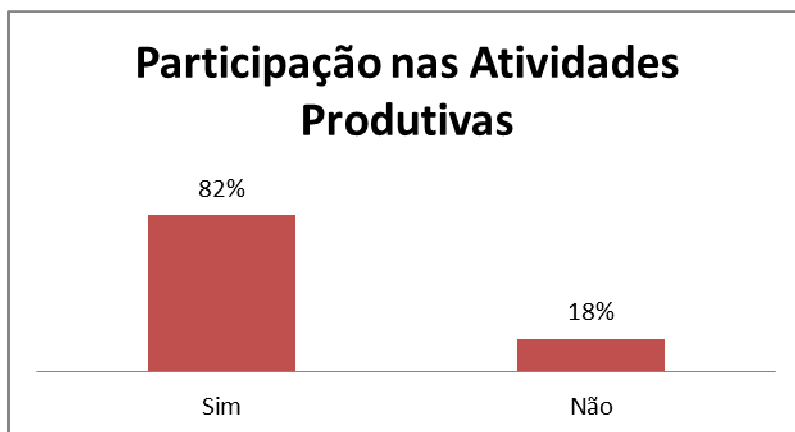


Gráfico 11: Participação nas atividades produtivas  
 FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

De acordo com Chaves (2001) e Rodrigues e Silva (2012) as atividades coletivas estão presentes nas populações amazônicas caracterizando formas diversificadas de organização do trabalho. Neste sentido, as atividades coletivas identificadas em Julião são as seguintes:

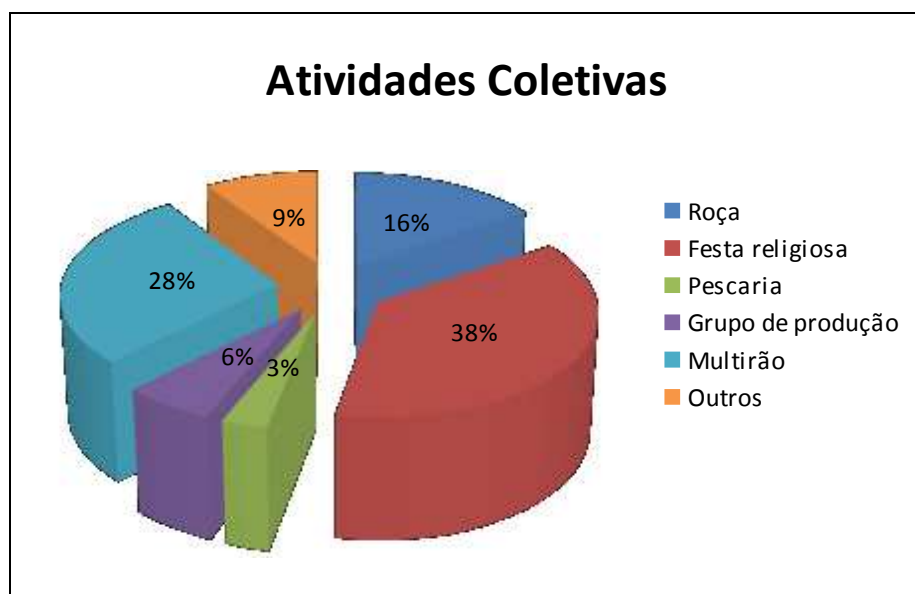


Gráfico 12: Atividades Coletivas  
 FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

Desta forma, as festas religiosas aparecem com 38%, caracterizando a festa junina da escola, que apesar de ser uma comemoração religiosa em sua essência, na comunidade ganha um significado de interação social, visto que grande parte dos comunitários são evangélicos, geralmente outras escolas da RDS vem se apresentar na festa junina da escola de Julião.

O mutirão, pratica tradicional das comunidades da Amazônia, aparece com 28 % e consiste em uma das formas de organização de atividades, em uma das reuniões da associação da comunidade de Julião podemos presenciar a organização de um mutirão, na qual o líder comunitário estava organizando a limpeza da comunidade, fazendo a divisão das tarefas, quem iria participar e quem ficaria responsável pela a preparação da refeição dos trabalhadores, pode-se observar que de forma geral os homens ficaram responsáveis pelas atividades de limpeza e as mulheres ficaram responsáveis pela preparação do alimento, sendo que algumas também participam da limpeza.

Com 16% a roça aparece como atividade coletiva na comunidade de Julião, essa pratica consiste em ajuda mútua na roça dos comunitários, onde um grupo grande, geralmente convidado pelo proprietário, ajuda na preparação da terra e na colheita. De acordo com uma das entrevistadas, essa pratica era muito mais freqüente antes da criação da RDS, visto que ficou difícil a autorização para se fazer roçado, essa pratica tem se tornado mais rara.

As outras atividades ficaram com 9%, nas quais se destacam os torneios de futebol e o aniversário da comunidade, esses torneios são geralmente realizados por todas as comunidades da RDS e as comunidades próximas também.

Com 6% os grupos de produção, onde se destaca o grupo de mulheres<sup>12</sup> que trabalham com a fabricação de balas, biscoitos e geleias de cupuaçu.



Figura 07: Balas de cupuaçu e coco  
FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/  
2012



Figura 08: produtos artesanais feitos pelo  
grupo de mulheres  
FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/  
2012

---

<sup>12</sup> Apesar de ser o grupo de mulheres da comunidade existem alguns homens que também trabalham na fabricação das balas e geleias de cupuaçu.



A pescaria, outra atividade produtiva que sofre com as proibições da RDS, aparece com 3%, em uma das reuniões da associação dos comunitários de Julião podem-se observar as reclamações sobre essa pratica nos dias atuais.

- Atividades Produtivas

**Pesca** – De acordo com os entrevistados e mediante a participação em uma das reuniões dos comunitários com a Colônia de Pescadores Z12, foi discutido o recadastramento dos pescadores na colônia, os que ainda não possuíssem o cadastro deverão realizá-lo para posteriormente retirar a carteira do ministério da pesca para ter direito a pescar em todo o território nacional. Pode-se observar que a pesca, de acordo com Silva e Begossi (2004) é uma das atividades de fundamental importância para as famílias das comunidades tradicionais. De acordo com o relato dos pescadores da comunidade de Julião esta pratica está sofrendo com as restrições ambientais.

No decorrer da reunião pode-se observar que muitos pescadores tinham reclamações quanto os procedimentos de abordagem dos órgãos fiscalizadores que em muitos casos faziam a apreensão do pescado alegando que estavam em áreas protegidas. Nesse sentido os pescadores apresentam dificuldade para pescar, por não haver uma sinalização adequada informando onde é permitida a pesca e desta forma os pescadores ficam sem saber em qual parte do rio é proibido ou não.

**Agricultura** – Uma das atividades que incorporam o cotidiano dos comunitários são os roçados. De acordo com os entrevistados, essa pratica se tornou muito difícil, devido às licenças<sup>13</sup> que demoram, os comunitários perdem a época para a preparação da terra e para o plantio das culturas, é o que afirma a entrevistada R:

“[...] tem que esperar a licença, uma coisa que eles demoram muito é trazer essa licença e passa o período de plantar, têm muitos que nem planta, ninguém tem o apoio deles pra fazer nosso trabalho, eles dão a licença só pra aquele espaço que você pediu, eles dão licença pra capoeira, mais pra marta virgem eles não liberam (desmata e depois plantam) e se for mata alta eles já não liberam” (ENTREVISTADA R, 13/04/2013).

---

<sup>13</sup> A licença de autorização consiste na permissão para o início do roçado ecológico. É liberada uma área de 50m<sup>2</sup> para plantação de subsistência. Existe casos aonde pode ser liberado mais de 50m<sup>2</sup>, mas para isso o morador deve apresentar um projeto que vise a plantação para comercialização de determinados frutos.

Desta forma, o plantio na comunidade de Julião é desenvolvido de forma limitada e com muita dificuldade. De acordo com a entrevistada B, as espécies que são cultivadas em Julião são: gergelim, abacate, abacaxi, pupunha, goiaba, mandioca e cupuaçu. De acordo com Wagley (1988), Araujo (2003) e Peroni (2004) a mandioca é a espécie mais cultivada em toda região da Amazônia, pois o tubérculo é à base da alimentação das populações tradicionais, na comunidade de Julião em específico a plantação de cupuaçu é a segunda espécie que mais se cultiva devido às atividades artesanais e produção de balas, biscoitos, geleias e doces de cupuaçu.

**Comercio** - Geralmente as produções da comunidade são vendidas na própria comunidade e nas comunidades vizinhas, é isso o que acontece também na comunidade de Julião. Conforme as informações fornecidas pelo entrevistado R “a pesca, a caça, as frutas e vegetais dos roçados, as balas de coco e cupuaçu, a farinha e muitos outros produtos são vendidos na própria comunidade”. Segundo o relato dos entrevistados o difícil acesso as licenças e as proibições sobre caça e pesca dificultaram o comercio na comunidade. De acordo com a entrevistada R antes da criação da RDS, mais ou menos uns vinte anos atrás, em dia de reunião da associação formava-se uma feira na frente da sede, onde os produtores da comunidade vendiam seus produtos para os outros comunitários.

- A vida na comunidade de Julião

De acordo com os entrevistados a vida na comunidade é muito tranquila e a relação de convívio entre os comunitários é boa. Quando são questionados se teriam interesse da sair da comunidade afirma que não, conforme o gráfico a seguir:

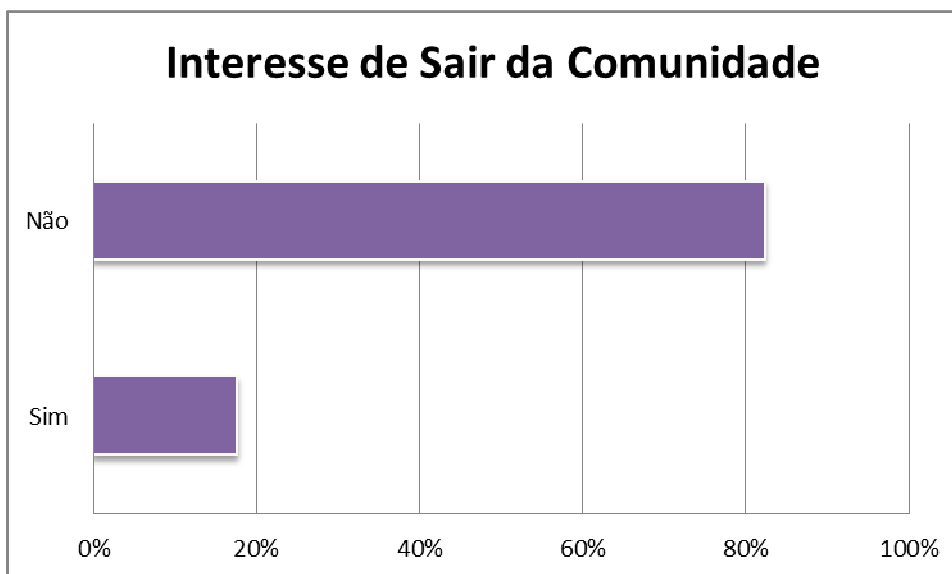


Gráfico 13: Interesse de sair da comunidade  
 FONTE: RODRIGUES E NASCIMENTO/ 2012

Desta forma, 82% dos comunitários afirmam que não gostaria de deixar a comunidade por vários motivos dentre eles estão: a tranquilidade do local, por já estarem acostumados com o ambiente e por se sentirem bem na comunidade. Quanto à questão das relações entre comunitários a pesquisa aponta que 72% dos entrevistados afirmam ter uma relação de amizade com os outros moradores da comunidade.

### 4.3 Implementação da RDS do Tupé – a leitura dos comunitários acerca da Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Durante a pesquisa foi abordado acerca do entendimento dos comunitários sobre o que seria uma RDS na leitura deles. Se eles sabiam quando foi criada, se houveram visitas de órgãos para explicar o processo de criação, quais foram às mudanças ocorridas após a criação da RDS, se eles sabem o que é um plano de manejo e se a comunidade esta participando da criação do plano de manejo.

Sendo assim, foi perguntado aos entrevistados se eles sabem o que é uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Na leitura de alguns comunitários é:

Entrevistado	Transcrição da entrevista
A	“É uma área que é protegida, conservada por lei para as gerações futuras e desenvolvida para as pessoas usar os recursos naturais”

	(ENTREVISTADO A, 21/03/13).
<b>B</b>	“Com certeza, uma reserva sustentável, ela é uma reserva mais ela tem um certo limite, porque nós precisa tirar daqui nosso sustento, então a gente precisa o que, preservar a natureza mas ao mesmo tempo a gente precisa sobreviver da natureza”. (ENTREVISTADA B, 13/04/13)
<b>R</b>	“Não estou por dentro desse assunto de reserva não, agora que eu procurei o seu Baru né, porque ele que é nosso professor ne na reserva aqui, eu pedi todos os documentos que o Baru tem pra ele passar pra mim, pra mim ler esses documentos, ficar por dentro e entender ne, de manejo da reserve”. (ENTREVISTADA R, 13/04/13)

Quadro 02: A reserva de desenvolvimento sustentável na visão dos comunitários.  
 FONTE: PIBIC/PIB-SA/0102/2012

Pode-se observar que os entrevistados têm certo conhecimento sobre o que é a RDS, mas mesmo assim nem todos têm o domínio do que seja a reserva de fato. Acerca da criação da RDS o entrevistado A nos informou que a criação da reserva foi feita sem a consulta da população, relata que algumas instituições foram em 2005 na comunidade, depois da criação para falar sobre o que é uma RDS e como ela iria funcionar, mas segundo o entrevistado A, o SNUC que é o Sistema Nacional de Unidade de Conservação informa que tem que haver a participação popular nesse processo.

No que se referem às modificações ocorridas com a criação da RDS foi perguntado quais as mudanças na vida da comunidade, os entrevistados relataram que:

Entrevistado	Relato dos entrevistados
<b>A</b>	“Em relação ao conhecimento houve mudanças par a melhor, mas em relação à vida da comunidade as proibições dificulta, por exemplo, de acordo com a proibição IN 003/2008 não pode fazer casa sem licença ou roçado, teve caso de prisão de pessoas que foram pegas cortando madeira para reformar casas ” (ENTREVISTADO A, 21/03/13).
<b>B</b>	“Eles tem a teoria mais não ensinam na prática, falar na teoria é muito fácil é muito simples, faz tudo bonitinho, mais na hora lá que você vai trabalhar na terra é o difícil, a gente vai ter mais trabalho e cadê o recurso pra gente trabalhar?”. (ENTREVISTADA B, 13/04/13)
<b>R</b>	“Não melhorou muito não, porque nós somos aqui vigiados, tudo que nós vamos fazer tem vigia, você não pode fazer isso, você não pode fazer aquilo, porque eu acho pra eles exigirem isso ai da gente, eles tem que dar uma maneira pra você não pode mexer aqui, mas eu tenho isso aqui pra você sobreviver, eu acho que isso aqui na comunidade não acontece, eles só exigem. Eles disseram que deram curso em Manaus, mais o certo é eles virem na nossa comunidade que tem muita gente que mora que são humilde e não da pra passar, 2, 3 dias em Manaus estudando, eles tem que vir na comunidade ensinar e dar cursos, a fazer o roçado sem queimar e muitas coisas, se você pescar, não pode pegar o peixe pra vender, e a gente vai comer só o peixe ? Nós precisamos de dinheiro para completar o peixe, então eu acho que não melhorou

muito não, tem muitas coisas que melhorou no caso do cupuaçu por causa do comunitário ai vai um ajudando o outro, vai aparecendo um trabalho daqui e outro dali, da um trabalho pra um da trabalho pro outro, um vai ajudando aqui, ajudando ali, mais o pessoal da reserva mesmo não.  
Eles não vêm pras pessoas explicar como fazer o trabalho, eles vêm, proibem e não ensinam como fazer, eles não estão dando apoio a essas pessoas, pra plantar sem queimar.” (ENTREVISTADA R, 13/04/13)

Quadro 03: Mudanças ocorridas com a criação da RDS  
FONTE: PIBIC/PIB-SA/0102/2012

Neste sentido, foi observado que os comunitários sentem muitas dificuldades com as proibições a partir da criação da RDS, mediante essa pergunta foi questionado quanto às possibilidades com a criação da reserva e os entrevistados apontaram que:

Entrevistado	Relato dos entrevistados
<b>A</b>	“Melhorou a estrutura da comunidade, agora temos coleta de lixo, que demorou pra vim, mas vem e também depois da criação conseguimos funcionários para a escola e benefícios para os moradores como bolsa família e aposentadoria” (ENTREVISTADO A, 21/03/13).
<b>B</b>	“Sim, nessa Questão da consciência de preservação, apesar da gente não gostar muito, agora a gente esta tendo mais consciência, tem gente que queima, mais não tem como plantar, e prejudica todos da comunidade.”. (ENTREVISTADA B, 13/04/13)
<b>R</b>	“Tem muita gente que já tem essa consciência de não sair derrubando arvore, roçando tudo, mais só que outros não, o beneficio que eles trouxeram foi trazer a colocar na consciência de cada um disso ai, até agora o beneficio foi só esse mesmo.” (ENTREVISTADA R, 13/04/13)

Quadro 04: Possibilidades com a criação da RDS  
FONTE: PIBIC/PIB-SA/0102/2012

Ou seja, de acordo com os entrevistados houve melhoras quanto à questão da consciência ambiental pelos comunitários e a viabilização do acesso a bens e serviços para os moradores da comunidade.

Um dos pontos mais relevantes sobre o entendimento dos comunitários e a questão do plano de manejo que foi muito comentado por eles. O entrevistado A nos informou que neste momento no conselho da RDS a formulação do plano de manejo está parada devido às questões fundiárias, o mesmo nos informou que a comunidade de Julião era uma propriedade privada e hoje a prefeitura de Manaus e a Semmas não conseguem localizar o antigo proprietário desta forma o plano de manejo está impossibilitado ser finalizado.

Mas, o que os moradores colocam é a real necessidade deste documento para a comunidade de Julião. Neste sentido, perguntamos aos entrevistados se eles sabem explicar o que é um plano de manejo.

Entrevistado	Relato dos entrevistados
<b>A</b>	“Delimita as coisas que podem ser feitas na comunidade, assim gerando melhoria de vida para as pessoas” (ENTREVISTADO A, 21/03/13).
<b>B</b>	“Nessa ultima reunião que eu estive se falou muito no curso de se manejar, o que é manejar, é o que se tem, falou no manejo da diversidade da mata então tem lugar aqui pra cima q eles tem pra fazer espeto, pegar o pau ne, então o que ta se vendo que ta se destruindo a flores ne, pra se manejar, tirar o sustento da própria natureza mas pensar no futuro de seus próprios filhos, porque tem gente que só tira, mais não faz o manejo, porque se eles não fizer vai acabar e o que vai acontecer vai virar que nem Manaus, não tem arvore não tem nada, então tem que estudar esse plano de manejo pra isso, temos que pensar em nós e na natureza, tem que ter o plano de manejo pra saber como se faz isso, relação homem-natureza, que nenhum dos dois sejam prejudicados, se a gente tem que pensar na harmonia da natureza . Falta eles darem apoio pra essas pessoas que o trabalho foi proibido, mostrar uma maneira de como eles viverem, sem mexer com moto serra, sem destruir a natureza.”. (ENTREVISTADA B, 13/04/13)
<b>R</b>	“Não.” (ENTREVISTADA R, 13/04/13)

Quadro 05: O Plano de manejo na visão dos comunitários.  
 FONTE: PIBIC/PIB-SA/0102/2012

De acordo com o exposto pode-se analisar que o plano de manejo ainda não é compreendido em sua totalidade, necessitando assim de mais esclarecimentos em relação à construção e operacionalização do plano de manejo. Sendo assim perguntou-se se eles acham que está havendo a participação da comunidade na criação do plano de manejo. A entrevistada R nos falou que:

“Não. Muito pouco (apenas lideres da comunidade), falta consciência dos comunitários para entender que precisam do plano de manejo. Porque tem muita gente que diz que tem é raiva quando diz é manejo, eles não gostam, eles não têm essa consciência de que nós precisamos desse plano de manejo.” (ENTREVISTADA R, 13/04/13).

Sendo assim, o entrevistado A nos informou que há o Conselho Deliberativo da RDS do Tupé aonde os representantes da Comunidade participam na construção do plano de manejo. A participação neste caso tem sido de forma representativa, ou seja, apenas os lideres comunitários estão participando deste processo.

A partir do resultado da pesquisa foi possível visualizar que os comunitários têm um entendimento com vários limites do que é uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável e o que realmente isso significa na produção material na vida da comunidade.

Partindo deste pressuposto e embasado pela pesquisa de campo pode ser considerado que na visão dos comunitários a RDS dificulta a vida dos moradores apesar dos benefícios trazidos pela criação da área houve mudanças que modificaram a vida dos moradores da Comunidade de Julião.

## 5. CONCLUSÃO.

A concepção de cultura apresenta-se como uma das principais categorias analítica para se estudar a relação homem-natureza. Na leitura de alguns autores (Rodrigues, 2001; Laraira, 2005; Santos, 2006), a cultura aparece como um modo sociohistórico nos quais os grupos humanos caracterizam sua prática, crenças, mitos e modo de vida.

Neste sentido, conforme postula Santos (2006), o estudo da cultura torna-se fundamental para entender um grupo específico, pois é dela que lhe é atribuída sua identidade. Desta forma o conceito de cultura auxilia na leitura da relação homem e natureza, visto que de acordo com Araújo (2003) relação se dá de forma mútua e dependente.

De acordo com o pressuposto, o estudo do processo cultural dos povos da Amazônia caracteriza-se por oferecer subsídios para entender a cultura amazônica. Assim, Wagley (1988), Araújo (2003) e Benchimol (2009) afirma que, a constituição dos povos da Amazônia se dá pela miscigenação dos povos indígenas, que caracterizam a base da cultura local, e povos migrantes e imigrante.

Essa interação cultural que na visão de Santos (2006) é indispensável para a conservação de algumas sociedades criou o modo de vida da população Amazônica.

Neste sentido, a formação sócio-histórica do povo da Amazônia é baseada nessa miscigenação múltipla, onde o conhecimento, crenças, valores, mitos e modo de vida fundiram-se no intuito de sobrevivência no meio natural.

Nesse sentido a relação homem e natureza na Amazônia foram preservadas graças à transferência cultural dos povos da Amazônia e também pela necessidade de interagir com o meio natural para garantir a sobrevivência na região.

A discussão sobre a questão ambiental no mundo levantou o debate sobre a relação homem e natureza. De acordo com Gonçalves (2008) essa relação teve, desde o começo da formação da humanidade, um caráter mítico, onde o homem acreditava que a natureza era divina, com o desenvolvimento da civilização humana, científica e tecnológica, essa concepção sofreu mudanças. Na leitura de Bernardes e Ferreira (2009) a natureza passou a ser considerado um objeto de promoção do desenvolvimento.

Com o surgimento do sistema de produção capitalista e o desenvolvimento da ciência e tecnologia essa relação foi tornado-se difícil, pela degradação ambiental



acarretada pelo desenvolvimento econômico, assim houve transformações na relação homem e natureza que agora estava pautada pela exploração. De acordo com Leff (2009) o homem emancipou-se e rompeu com a concepção de natureza mítica assim, punccionou a racionalidade econômica fundada em uma exploração ignorando os fatores ecológicos.

Nesse sentido, com a crise ambiental se apresentando para a sociedade e o agravamento das questões ambientais surge segundo Morin (1997) os movimentos ecológicos que emerge com o pensamento ligado a consequencia da intervenção do sistema capitalista de produção.

De acordo com Bernardes e Ferreira (2009) nesse contexto houve uma organização de uma parcela da sociedade no intuito de discutir a questão ambiental e suas conseqüências à contemporaneidade.

Nesses debates de caráter internacional foi discutidas e apresentadas alternativas para enfrentar a problemática ambiental no mundo, um das alternativas implantadas foi à criação de áreas de proteção.

Segundo Godard (1997) e Diegues (2001) essas áreas eram preservacionista, ou seja, não permitiam populações habitando em seu interior. No hemisfério sul esse modelo causou muitos debates, pois na maior parte dos países havia populações tradicionais nesses espaços.

Como resultado desse debate, Castro (1997) e Diegues (2001) reiteram a importância da presença dessas populações nesses espaços, pois a expulsão caracteriza-se uma perda de conhecimentos de técnicas de manejo tradicional, que auxiliam no desenvolvimento de alternativas sustentáveis.

Como conseqüências desses debates a perspectiva conservacionista surge no intuito de preservar a natureza e garantir os direitos de permanencia das populações tradicionais. Nesse sentido, as áreas naturais protegidas no Brasil, na perspectiva de Cabral e Souza (2005) depois de um debate de dez anos, com uma política ambiental na qual “traduzindo as essências de toda base conceitual histórica adotada no país” (p.21), ou seja, o modelo brasileiro de Unidade de Conservação caracteriza-se bastante próprio, de acordo com a especificidade local.

Desta forma, tanto no Brasil como na Amazônia existem legislações que obedecem à política ambiental brasileira e cria áreas de proteção ambiental que promovem a proteção ambiental, social, cultural, econômica e histórica.

De acordo com o exposto a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, caracteriza-se como uma Unidade de Conservação, conforme Rodrigues e Silva (2012) houve avanços nas políticas ambientais no Estado do Amazonas, mas dificuldades em relação à incorporação de elementos específicos das populações locais ainda se fazem necessário. Observa-se a necessidade de se pensar políticas socioambientais na RDS do Tupé que garantam o desenvolvimento no âmbito comunitário.

Pois essas políticas devem visar atender as necessidades das populações oriundas nesses espaços que possuem características específicas e que as mesmas apresentam-se de formas diversas.

A viabilização do plano de manejo para essa área é de suma importância para a garantia da reprodução cultural, material e sociohistórica, pois como foi apresentada no decorrer deste trabalho, a identidade cultural dos povos tradicionais da Amazônia está ligada com sua vida cotidiana que é repleta de símbolos e significados.

Neste sentido, a pesquisa apresenta a categoria de cultura visando caracterizar as práticas culturais na RDS do Tupé especificamente da comunidade de Julião e as condições socioeconômicas dos comunitários. Sendo assim, entende-se que as práticas culturais caracteriza o modo de vida da comunidade.

Nesse sentido pode-se destacar que na comunidade de Julião existem diversas práticas culturais sendo elas: atividades culturais, atividades coletivas e atividades produtivas.

Em relação a atividades culturais as festas aparecem como uma das formas de entretenimento, interação social e movimentação econômica na comunidade. Essas festas também é uma forma de organização da comunidade.

Identificaram-se como atividades coletivas na comunidade de Julião, a roça, a festa junina da escola, a pescaria, o grupo de mulheres e os mutirões. Práticas específicas de comunidades amazônicas, a especificidade na comunidade de Julião e o grupo de mulheres que matem a produção artesanal de balas, doces, geléias e biscoitos.

As atividades produtivas na comunidade são a pesca, a agricultura e particularmente na comunidade de Julião, aparece o comércio oriundo da produção da própria comunidade.

A vida na comunidade de Julião, de acordo com os dados obtidos, é tranquila e os comunitários têm um bom relacionamento entre si.

Os resultados desta pesquisa apresentam que em relação às práticas culturais e a vida dos comunitários de forma geral, tem ocorrido várias mudanças, essas modificações na vida dos moradores tem causado impactos nas condições de vida dos comunitários.

Desta maneira, a Implementação da RDS do Tupé na leitura dos comunitários tem trazido mudanças e possibilidades, mas em um quadro geral as mudanças têm ocasionado um impacto na vida da comunidade de Julião.

Diante dos condicionantes apresentados, a pesquisa pode sinalizar alternativas para o enfrentamento da realidade presente na comunidade de Julião.

- Viabilização do plano de manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé;
- Participação da população em geral na construção do plano de manejo.
- A ampliação do processo socioeducativo e pedagógico no que se refere ao acesso aos conceitos de Reserva de Desenvolvimento sustentável e Plano de Manejo.

A ampliação do processo socioeducativo se torna necessário visto que com a falta de acesso a essas informações tem gerado uma visão errada sobre a RDS e Plano de Manejo, desta forma dificultando a implementação efetiva da RDS. Essas alternativas tornam-se viáveis por meio da elaboração e distribuição de materiais didáticos, a realização de palestra e oficinas, preocupando-se com a linguagem utilizada por essas alternativas, pois para que a população possa usufruir das atividades as mesmas devem ser pensadas para que seja de forma coerente com a realidade dos usuários.

Desta forma, de acordo com os limites do presente trabalho, a pesquisa assume caráter relevante nos âmbitos sociais e acadêmico científico, pois se constitui informações para auxiliar no debate a cerca de cultura, populações tradicionais, questão socioambiental e Unidade de Conservação.

## 6. FONTES E REFERÊNCIAL.

ARAÚJO, André Vidal de. **Introdução à Sociologia da Amazônia**. Organização Tenório Talles. 2ª ed. Revisada – Manaus: Editora Valer. Governo do Estado do Amazonas. Universidade Federal do Amazonas, 2003.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultra**. Manaus: Editora Valer. Universidade Federal do Amazonas, 2009.

BERNARDES, Júlia Adão e FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. **Sociedade e Natureza**. In. A Questão Ambiental – Diferentes Abordagens, organizada por Sandra Baptista de Cunha e Antonio José Teixeira Guerra. 5 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. **LEI N o 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000**. Dispõe sobre Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%209.985-2000?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.985-2000?OpenDocument)

BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil Gera e Regional (1. Amazônia)**. São Paulo, Cultrix, 1967.

CABRAL, Nájila Rejanne Alencar Julião e SOUZA, Marcelo Perreira de. **Área de proteção Ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas**. 2ed. São Carlos: Rima, 2005.

CASTRO, Edna. **Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais**. In Faces do Trópico Úmidos – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente/ Edna Castro, Florence Pítton (orgs). – Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

DELÉAGE, Jean-Paul. **Uma Ecologia-Mundo**. In Faces do Trópico Úmidos – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente/ Edna Castro, Florence Pítton (orgs). – Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **O mito da natureza intocada**. 3.ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental – a reapropriação social da natureza**. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010

GODARD, Oliver. **O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual**. In Faces do Trópico Úmidos – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente/ Edna Castro, Florence Pítton (orgs). – Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

GONÇALVES, Júlio Cesar, **Homem – Natureza: Uma relação Conflitante ao Longo da História**. Revista Multidisciplinar da UNIESP, nº. 06, p. 171-177, 2008

LARAIA, Roque de Barros, **Cultura: um conceito antropológico**. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretações de dados**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

MORIN, Edgar. **Por um Pensamento Ecologizado**. In Faces do Trópico Úmidos – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente/ Edna Castro, Florence Pítton (orgs). – Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

NAÇÕES UNIDAS. **Do Rio a Rio+20 Progresso e Desafio desde a Cúpula da Terra de 1992**: disponível no endereço eletrônico <http://www.onu.org.br/rio20/contexto.pdf>.

PERONI, Nivaldo. **Agricultura de Pescadores**. In. Ecologia de Pescaria da Mata Atlântica e da Amazônia. Organizadora Alpina Begossi. São Paulo: Hecitec: Nepam/ Unicamp: Nupaub/USP: Fapesp, 2004.

PORRO. Antonio. **O Povo das Águas: ensaios de etno-história amazônica**. São Paulo: Edusp; Petrópolis: Vozes, 1996.

Prefeitura Municipal de Manaus – PMM. **Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé**. Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), 2008.

RODRIGUES, Débora C. B. **A Relação Homem – Natureza nas formas de Uso e Propriedade da Terra na Amazônia: Um Estudo Baseado nas Comunidades do Assentamento Iporá**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Natureza e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus – AM: 2001.

SANTOS, José Luiz. **O que é cultura**. Coleção Primeira Passos. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SILVA, Itaciara Prestes **Formas de Organização Sociopolítica e a Questão Socioambiental em Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: Um Estudo de Caso na Comunidade de Nossa Senhora do Livramento**. Monografia. Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, Manaus – AM: 2012.

SILVA, Andréa Leme e BEGOSSI, Alpina. **Uso de Recursos por Ribeirinhos no Médio Rio Negro**. In. Ecologia de Pescaria da Mata Atlântica e da Amazônia. Organizadora Alpina Begossi. São Paulo: Hecitec: Nepam/ Unicamp: Nupaub/USP: Fapesp, 2004.

WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 3. ed. Tradução de Clotilde da Silva Costa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

# Apêndice

# Apêndice A

## *Instrumental da Pesquisa*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ - REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



**PROJETOS:** Reserva de Desenvolvimento Sustentável e organização sociopolítica da comunidade de Julião em Manaus-Am.

Práticas Culturais e Condições Socioeconômicas: um estudo de caso da comunidade de Julião na RDS do Tupé.

Formulário N° \_\_\_\_\_ Pesquisador: \_\_\_\_\_ Data: \_\_/\_\_/\_\_

## IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMANTES

### I - IDENTIFICAÇÃO

**1.1. Nome:** \_\_\_\_\_

**1.2. Sexo:** 1. ( ) M 2. ( ) F

**1.3. Idade**

- |              |              |                         |
|--------------|--------------|-------------------------|
| 1. ( ) 20-24 | 4. ( ) 35-39 | 7. ( ) 50-54            |
| 2. ( ) 25-29 | 5. ( ) 40-44 | 8. ( ) 55-59            |
| 3. ( ) 30-34 | 6. ( ) 45-49 | 9. ( ) Acima de 60 anos |

**1.4. Você se considera:**

- |              |                |                                 |
|--------------|----------------|---------------------------------|
| 1. ( ) Índio | 3. ( ) Branco  | 5. ( ) Nenhuma das alternativas |
| 2. ( ) Negro | 4. ( ) Mestiço |                                 |

**1.5. Estado Civil:**

- |                         |                       |                      |
|-------------------------|-----------------------|----------------------|
| 1. ( ) Solteiro (a)     | 4. ( ) Separado (a)   | 7. ( ) Outros: _____ |
| 2. ( ) Casado (a)       | 5. ( ) Divorciado (a) |                      |
| 3. ( ) União Consensual | 6. ( ) Viúvo (a)      |                      |

### II - ESCOLARIDADE

**2.1. Escolaridade:**

- 2.1.1. Sabe ler ( ) sim ( ) não  
2.1.2. Sabe escrever ( ) sim ( ) não ( ) só o nome

**2.2. Nível de formação:**

- |                               |                                |                          |
|-------------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| 1. ( ) Alfabetizado           | 4. ( ) Ensino médio incompleto | 7. ( ) Superior completo |
| 2. ( ) Fundamental incompleto | 5. ( ) Ensino médio completo   | 8. ( ) outro: _____      |
| 3. ( ) Fundamental completo   | 6. ( ) Superior incompleto     |                          |

### III - NATURALIDADE

**3.1. Onde a Sr. (a) nasceu?**

1. ( ) Na comunidade onde mora  
2. ( ) Em Manaus  
3. ( ) Em outra comunidade de Manaus. Qual?
-



4. ( ) Em outro município do Estado do Amazonas. Qual?

5. ( ) Em outro Estado.

Qual? \_\_\_\_\_

**3.2. Onde se criou?** \_\_\_\_\_

Estado/País: \_\_\_\_\_

**3.3. Há quantos anos vive na comunidade?**

1. ( ) 5 a 8 anos

4. ( ) 14 à 17 anos

7. ( ) acima de 30

2. ( ) de 8 a 11 anos

5. ( ) 17 à 20 anos

3. ( ) 11 à 14 anos

6. ( ) 20 à 23 anos

**3.4. Qual foi o último local que o Sr(a) morou antes de vim para cá?** \_\_\_\_\_

#### IV - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

**4.1. Qual a sua profissão (o que faz para sustentar família)?**

1. ( ) Pescador

4. ( ) Agricultor (a)

7. ( ) Outra: \_\_\_\_\_

2. ( ) Artesão;

5. ( ) Agricultor/Pescador (a)

3. ( ) Extrativista

6. ( ) Coletor(a)

**4.2. Há quanto tempo desenvolve esta atividade?**

1. ( ) menos de 1 ano;

3. ( ) 1 a 2 anos

5. ( ) acima de 5 anos

2. ( ) 01 ano;

4. ( ) 2 a 5 anos;

6. ( ) acima de 10 anos

**4.3. Com quem a Sr. (a) aprendeu essa profissão?**

1. ( ) com os pais

3. ( ) com um parente

5. ( ) outro \_\_\_\_\_

2. ( ) com o esposo

4. ( ) sozinha

**4.4. Tem outra atividade econômica para o sustento da família?**

1. ( ) Não

2. ( ) Sim

3. ( ) As vezes

4.4.1. Qual(ais)? \_\_\_\_\_

4.4.1.1. Onde desenvolve: \_\_\_\_\_

4.4.2 Em que época?

1. ( ) seca

2. ( ) vazante

3. ( ) cheia

4. ( ) Outra: \_\_\_\_\_

**4.5. Qual a atividade principal para sustento da família?**

1. ( ) Pesca

3. Extrativismo

5. ( ) Outra: \_\_\_\_\_

2. ( ) Agricultura

4. Artesanato

**4.6. Qual a sua renda mensal com as atividades produtivas (R\$ 645,00)?**

1. ( ) até 1 s/m

4. ( ) acima de 5 s/m

2. ( ) de 1 a 2 s/m

5. ( ) não tem renda, troca produtos/ mercadorias

3. ( ) de 2 a 5 s/m

**4.7. Quantas pessoas trabalham na sua casa?** \_\_\_\_\_

**4.8. De quem é a principal renda para o sustento da família?** \_\_\_\_\_

**4.9. Qual a renda familiar?** \_\_\_\_\_



## VI - CONDIÇÕES DE MORADIA

**6.1. A sua casa é própria?** 1. ( ) Sim 2. ( ) Não

6.1.1. Em caso negativo, a quem pertence? \_\_\_\_\_

6.1.2. Em caso positivo. Tem documento de propriedade? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não

6.1.3. Se sim, qual documento?

1. ( ) Título definitivo            3. ( ) Contrato de compra e venda  
2. ( ) Recibo de compra            4. ( ) Outro: \_\_\_\_\_

**6.2. Quantos cômodos possui a sua casa?**

1. ( ) 01                                4. ( ) de 5 a 6  
2. ( ) de 1 a 2                        5. ( ) Acima de 6  
3. ( ) de 3 a 4

**6.3. De que material a casa é feita?**

1. ( ) Madeira                        4. ( ) Palha  
2. ( ) Alvenaria                      5. ( ) Mista \_\_\_\_\_  
3. ( ) Barro                            6. ( ) Outro: \_\_\_\_\_

### Quadro I: Infraestrutura da residência do entrevistado

<b>6.4. SUA CASA TEM:</b>	1) Fossa sanitária?	1.1. Sim ( )	1.2. Não ( )
	2) Energia elétrica?	2.1. Sim ( ) 2.1.1. Qual fonte: _____ a	2.2. Não ( )
	3) Onde o senhor pega água para uso em casa?	3.1. ( ) Rio	3.2. ( ) Cacimba
		3.3. ( ) Poço artesiano 3.3.1. ( ) Próprio ( ) Escola ( ) Terceiros: _____ Outro: _____	3.4. ( ) Chuva

## ORGANIZAÇÃO SOCIOCULTURAL

**7.1. A Sr. (a) participa das atividades coletivas que acontecem na comunidade?**

1. ( ) sim                                2. ( ) não

**7.1.1. Quais são?**

1. ( ) Roça                                4. ( ) Grupo de produção: \_\_\_\_\_  
2. ( ) Festa religiosa                5. ( ) Multirão  
3. ( ) Pescaria                        6. ( ) Outros: \_\_\_\_\_

**7.1.1.1. Com que frequência?**

1. ( ) é assídua (participa sempre)  
2. ( ) nunca participa  
3. ( ) somente quando convidam  
4. ( ) outro: \_\_\_\_\_

**7.2. Quais as comemorações da comunidade?**

1. ( ) Festa da padroeira            4. ( ) Torneios  
2. ( ) Festa evangélica            5. ( ) Outros: \_\_\_\_\_  
3. ( ) Festival: \_\_\_\_\_




**8.3. Há quanto tempo o (a) Sr. (a) é membro da entidade ou associação comunitária?**

1. ( ) Até 1 ano                      3. ( ) de 5 a 10 anos  
 2. ( ) acima de 1 até 5 anos                      4. ( ) acima de 10 anos

**8.4. Existe taxa de manutenção da associação?**

1. ( ) sim                      2. ( ) não

8.4.1. Se sim, qual o valor da sua contribuição?

\_\_\_\_\_

**8.5. Como o(a) Sr.(a) começou a participar da entidade ou associação comunitária?**

1. ( ) Iniciativa própria  
 2. ( ) Convite de membros da associação.  
 3. ( ) Outros \_\_\_\_\_

**8.6. Após entrar na associação o(a) Sr.(a) realizou algum curso de capacitação comunitária ?**

1. ( ) Sim    2. ( ) Não

8.6.1. Se sim, quais.

1. ( ) Associativismo                      3. ( ) Relações humanas  
 2. ( ) Lideranças                      4. ( ) Cooperativismo

**8.7. O(a) Sr.(a) Possui interesse em realizar cursos de capacitação em liderança comunitária?**

1. ( ) Sim    2. ( ) Não

**8.7.1. Se sim. Qual o motivo?**

- 1- ( ) Obter mais conhecimentos sobre o tema  
 2 - ( ) Gosta de participar desses tipos de curso  
 3 - ( ) Conhecer mais sobre liderança comunitária para atuar melhor como líder na comunidade  
 4 - ( ) Outros: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**8.8. Para o Sr. (a) o que é associação?**

1. ( ) Forma de organização  
 2. ( ) Agrupamento de pessoas para melhorar trabalho  
 3. ( ) Lugar de união para melhorar renda  
 4. ( ) Outros \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**PROJETO:** Práticas Culturais e Condições Socioeconômicas: um estudo de caso da comunidade de Julião na RDS do Tupé.

## ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

### Unidade de Conservação

1. O que o senhor entende por Unidade de Conservação?
2. O Senhor (a) sabe o que é Reserva de Desenvolvimento Sustentável?  
( ) Sim ( ) Não
3. O Senhor (a) já ouviu falar da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé?
  - 3.1. Se sim, através de que instituição ou instituições?
  - 3.2. Sabe quando foi criada?
4. O Senhor (a) participou de alguma reunião ou foi consultado sobre criação da RDS do Tupé?  
( ) Sim ( ) Não
5. Houve alguma mudança na vida pessoal e/ou familiar dos comunitários com a criação da RDS?  
( ) Sim ( ) Não
6. Se sim, O que mudou?  
Atividades Produtivas, Relações Comunitárias, Lazer da Comunidade
7. O Senhor concorda com essas proibições?  
( ) Sim ( ) Não
  - 7.1. Se sim ou não, explique
8. A criação da RDS trouxe algum benefício para a comunidade?  
( ) Sim ( ) Não
9. O Senhor (a) sabe o que é Plano de Manejo? Explique.
10. A comunidade está participando da criação do plano de manejo?
11. Alguma instituição veio aqui para falar ou apresentar o plano de manejo?

### RELAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS

12. Como é a vida em comunidade?
13. Como é o relacionamento entre os comunitários?
14. A comunidade realiza atividades coletivas? Sim ( ) Não ( )
15. Quais as atividades coletivas que existem na comunidade? Se sim, como são organizados?
16. Desde 2005 o que mudou nas atividades de seu dia a dia?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ - REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**



17. Como aconteciam antes de 2005?
18. Como eram as frequências nas reuniões da associação de moradores na comunidade antes da RDS? E hoje?
19. Quais são as festas e comemorações que acontecem na comunidade? Como são organizadas?
20. Quais as principais formas de subsistência desenvolvida na comunidade a partir de 2005?
21. Como as comunidades mantêm a produtividade?
22. Como é feito escoamento da produção?
23. Quais as Igrejas existentes na comunidade?
24. O Senhor faz parte de alguma Igreja? Por quê?
25. O senhor percebeu diferenças nas condições econômicas dos moradores depois da criação da RDS?
26. Como eram antes?
27. Descreva a atividade produtiva.

# Apêndice B

## *Registros Fotográficos*





Foto 01 – Caminho para a comunidade.



Foto 02 – Orelhão da Comunidade



Foto 03: Entrada da Comunidade



Foto 04: Escola Municipal Canaã II

Foto 05: Sede da Associação Comunitária



Foto 06: Placa de identificação da Comunidade de Julião como parte da RDS do TUPÉ



Foto 07: Reunião da Associação dos Comunitários





Foto 09: Apresentação do Projeto para a Comunidade



Foto 10: Apresentação do Projeto para a Comunidade



Foto 11: Apresentação da bolsista e a explicação sobre o projeto na comunidade

Foto 12: Casa de madeira.



Foto 13: Casa de Alvenaria.



Foto 14: Porto fluvial e a voadeira da ACAMDAF.





Foto 15: Placa da entrada da comunidade.



Foto 16: Antena de Telecomunicação.



Foto 17: Escola Canaã II.

Foto 18: Placa da Escola



Foto 19: Reunião da Associação dos Comunitários.



Foto 20: Lancha escolar





Foto 21: Realização da entrevista semi-estruturada.



Foto 21: Doce de Cupuaçu.



Foto 22: Artesanato de casca de cupuaçu.

# AneXOS



# Anexo A

## *Documentos da SEMMAS*

**TERMO DE COMPROMISSO PARA REALIZAÇÃO DE  
PESQUISA CIENTÍFICA 19/2012 – SEMMAS**

Termo de Compromisso para realização de Pesquisa Científica intitulada "Estudo dos Impactos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé nas formas de organização sociopolítica na contemporaneidade: estudo de casos das comunidades de Nossa Senhora do Livramento, Julião e Agrovila", que entre si celebram a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS e a Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues, coordenadora do projeto – UFAM em epígrafe.

Os pesquisadores responsáveis pelo projeto em epígrafe se comprometem perante SEMMAS, cumprir as condicionantes constantes neste Termo de Compromisso e, ainda, a desenvolver única e exclusivamente o projeto supracitado.

Os dois subprojetos de iniciação científica de pesquisa serão desenvolvidos na RDS Tupé, tem como objetivo, analisar a prática cultural e as condições socioeconômicas na comunidade de Julião.


Os Pesquisadores ficam responsáveis por informar, agendar e ajustar aos gestores das unidades de conservação, sempre que necessário, a relação da equipe autorizada a participar da pesquisa e o cronograma de trabalho, para fins de controle da execução da pesquisa, bem como a tipificação da coleta de materiais.

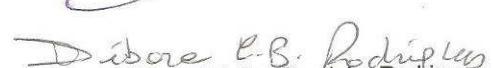
Este documento tem validade de 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura do Termo de Compromisso.

**DAS CONDICIONANTES:**

- Ter ciência da Resolução nº 002/2002 – COMDEMA, que cria o Regimento de uso das Unidades de Conservação Municipais e Resolução 040/2006 – COMDEMA, que cria o Regulamento da RDS do Tupé;
- O pesquisador autorizado deverá enviar à SEMMAS a cada 6 (seis) meses, relatório parcial, independentemente do relatório final quando da conclusão dos trabalhos;
- Após a conclusão dos trabalhos o pesquisador autorizado deverá entregar na SEMMAS uma cópia integral do trabalho;
- Esta autorização não dispensa a apresentação de outros documentos necessários.

Manaus, 29 de junho de 2012.

  
**Marcelo José de Lima Dutra**  
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade


  
Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues,  
Coordenadora do projeto – UFAM

**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE  
PEQUISA 19/2012 – SEMMAS**

Autorizo para os devidos fins, a realização do projeto de pesquisa intitulada “Estudo dos Impactos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, nas formas de organização sociopolítica na contemporaneidade: estudo de caso das comunidades de Nossa Senhora do Livramento, Julião e Agrovila”, que será desenvolvido pela equipe da Profa. Dra. Débora Cristina Rodrigues.

Este documento tem validade de 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura do Termo de Compromisso.

Manaus, 29 de junho de 2012.



**Marcelo José de Lima Dutra**

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

# AneXo B

## *Parecer Plataforma Brasil*



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Práticas Culturais e Condições Socioeconômicas: um estudo de caso da comunidade de Julião na RDS do Tupé.

**Pesquisador:** Débora Cristina Bandeira Rodrigues

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 02584312.1.0000.5020

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Amazonas - UFAM

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 164.362

**Data da Relatoria:** 05/12/2012

#### **Apresentação do Projeto:**

Essa pesquisa tem o intuito de junto com os moradores da comunidade de Julião na RDS do Tupé, analisar e identificar as práticas culturais e as condições socioeconômicas. A análise da prática cultural da comunidade caracteriza a forma como as populações trabalham com a terra, como são feitas as atividades de subsistência. São a partir destes conhecimentos que podem ser identificadas várias questões inerentes às populações e

suas relações com a manutenção da biodiversidade. Da mesma forma da identificação das condições socioeconômicas destas populações. Este trabalho vem com o intuito de verificar por meio de pesquisas de campo a conservação destes saberes tradicionais. É importante tanto para o povo, pois é dele que sua identidade cultural é atribuída, quanto para o próprio meio ambiente que sofre, de forma menor com prática de subsistência do

homem da floresta. Atualmente na comunidade de Julião vivem aproximadamente 70 famílias, nesta pesquisa serão trabalhadas 21 famílias que corresponde a 30% deste total, deste serão selecionadas 10 para a realização das entrevistas semi-estruturadas.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:**

**Objetivo Geral:** Analisar a prática cultural e as condições socioeconômicas na comunidade de Julião.

**Objetivo Secundário:**

Caracterizar as práticas culturais. Identificar as condições socioeconômicas dos moradores da

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adlonópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (02)3305-5130

Fax: (02)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



comunidade.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Segundo a pesquisadora:

Riscos: questões geográficas e climáticas (inacessibilidade as comunidades em período de vazante dos rios ) Resistência dos moradores em participar da pesquisa

Benefícios:

Relevância social tendo em vista retorno dos resultados da pesquisa para comunitários e líderes, a fim de que possam solicitar dos órgãos públicas melhorias para comunidade, a partir do resultado da pesquisa.

Os riscos aos quais a Res. CNS 196/96 se refere são os riscos aos sujeitos participantes da pesquisa em decorrência da participação destes na pesquisa.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A metodologia usada será específica de estudo de caso. A metodologia consta

Instrumentos e técnicas de caráter qualitativo e quantitativo. Para nortear a pesquisa usar-se-á como referência a metodologia participativa.

**FASES DA PESQUISA:** Fase Preliminar - A primeira fase é composta pela pesquisa bibliográfica que vem com o objetivo de fundamentar teoricamente a pesquisa de campo. Serão selecionados trabalhos científicos anteriores que tenham alguma relevância para a temática.

**Fases da Pesquisa de Campo** A segunda fase consta as visitas a campo com o objetivo de aplicar as técnicas e instrumentos de coleta para a obtenção de dados fundamentais para a apresentação da realidade da comunidade. Será feita a definição do sujeito

da pesquisa onde serão identificados e objetivados os limites da pesquisa e do objeto social a ser pesquisado. Envolverá três etapas básicas: 1) Etapa: Primeira viagem a campo - Visita técnica ao Locus de Investigação para conhecer a área e identificar as lideranças dentro da comunidade, tais como: reunião com os comunitários para apresentação do projeto de pesquisa e TCLE; Mapeamento das lideranças locais e Informantes chaves; Realização de Registro Fonográfico e Fotográfico. 2) Etapa: Segunda viagem - Visita técnica aos

comunitários para coleta de dados: Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para aplicação de formulário; Aplicação de Formulários; Participação das atividades culturais e socioeconômicas; Realização de registro fotográfico. 3) Etapa: Terceira viagem - Visita técnica a comunidade locus para coleta de dados: Realização de Entrevista Semi-estruturada junto à amostra dos comunitários com utilização de Registro Fonográfico e Fotográfico.

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adlandópolis

CEP: 69.057-070

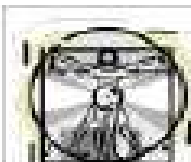
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (91)3305-5130

Fax: (91)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



Fase de Sistematização, Organização, Análise dos dados, Montagem do banco de dados e Elaboração de resumo e relatório parcial e final. A terceira fase tem como intuito de construir o núcleo central da pesquisa, pois após a coleta de dados os elementos irão servir para seleccionar, codificar e tabular as informações para um a melhor apresentação da temática aqui sugerida. Essa fase consta: Organização e análise dos dados: as informações serão organizadas e sistematizadas para ordenamento e construção de gráficos, tabelas e quadros; será realizada uma análise para a consolidação de argumentos, explicação e interpretação das informações para contribuir na construção do quadro de referências das categorias analíticas estudadas. Relatório: Elaboração do resumo e relatório parcial e final PIBIC.

Critério de Inclusão: Morador da comunidade a mais de 5 anos e maior de 18 anos

Critério de Exclusão: Morador da comunidade a menos de 5 anos e menor de 18 anos

Cronograma: adequado.

Orçamento: adequado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto: adequada.

TCLE: adequado.

Termo de anuência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade: apresentado.

Recomendações:

A pesquisadora deve ajustar a descrição dos riscos no relatório de pesquisa conforme consta no TCLE. Deve ainda apresentar o termo de anuência da liderança comunitária quando do envio do relatório final a este comitê.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O presente protocolo recebeu parecer pela pendência quando da análise anterior. A pesquisadora atendeu as solicitações deste Comitê, ajustando o protocolo ao que prevê a Res. CNS 196/96.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rua Teresina, 4050

Bairro: Adhemarcelo

CEP: 69.057-070

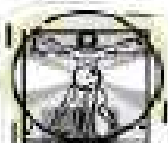
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (02)3305-5130

Fax: (02)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



MANAUS, 06 de Dezembro de 2012

---

Assinado por:  
Pedro Rodolfo Fernandes da Silva  
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4050

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (02)3305-5130

Fax: (02)3305-5130

E-mail: [cep@ufam.br](mailto:cep@ufam.br)



# AneXo C

## ***TCLE***



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa Práticas Culturais e Condições Socioeconômicas: um estudo de caso da comunidade de Julião na RDS do Tupé, sob a responsabilidade da pesquisadora Prof.<sup>a</sup> Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues, a qual pretende analisar a prática cultural e as condições socioeconômicas na comunidade de Julião, caracterizando as práticas culturais e identificando as condições socioeconômicas dos moradores da comunidade.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de informações nas entrevistas semi-estrutura onde serão feitas perguntas abertas de caráter essencial para a pesquisa, nos formulários com perguntas fechadas que viabilizam a identificação das condições dos moradores da comunidade, além dos registros fotográficos que ilustraram a pesquisa desenvolvida e registros fonográficos que ajudaram na elaboração dos relatórios.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são a exposição de dados pessoais e da família, fornecidos no momento da pesquisa. No entanto, ressaltamos que todas as providências estão sendo tomadas para que isso não aconteça. As informações obtidas nas pesquisas estarão armazenadas no banco de dados de acesso restrito a coordenadora e a bolsista de IC. Se você aceitar participar, estará contribuindo para a elaboração de um relatório constando as características culturais e as condições socioeconômicas da comunidade de Julião.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço Rua 20, nº 417 – Japiim I, Telefone: (092) 3631-7754 ou (092) 9152-0897, e-mail: [deb.band@gmail.com](mailto:deb.band@gmail.com), Av. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 300 – Coroado - Instituto de Ciências Humanas e Letras-ICHL/Departamento de Serviço Social ou pelos telefones (92) 3305-4578; (92)9222-8995; (92) 9152-0897, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

Consentimento Pós-Infomação

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável



Impressão do dedo polegar  
Caso não saiba assinar

# Anexo D

## *Termo de Anuência*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ - REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



**TERMO DE ANUÊNCIA**

Eu \_\_\_\_\_ na condição de líder da Comunidade Julião declaro para os devidos fins que estou informado(a), esclarecido(a) e de pleno acordo por livre e espontânea vontade que seja desenvolvido o projeto de Pesquisa intitulado: *Práticas Culturais e Condições Socioeconômicas: um estudo de caso da comunidade de Julião na RDS do Tupé*. Este projeto será desenvolvido pela estudante de Graduação em Serviço Social/UFAM Camila Fernanda Pinheiro do Nascimento, que vai Analisar a prática cultural e as condições socioeconômicas na comunidade de Julião como condicionantes das questões socioambientais na contemporaneidade, com a orientação da Professora Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues. A pesquisa pretende contribuir com informações qualificadas para o debate sobre as práticas culturais e as condições socioeconômicas dos moradores em comunidades ribeirinhas no contexto amazônico, e, no avanço dos debates sobre a questão socioambiental na contemporaneidade.

Estou ciente que no estudo serão realizadas aplicações entrevistas, registro das atividades com fotografias e gravações com gravador, e, que as informações produzidas na pesquisa irão compor um Banco de Dados sobre o tema. Estou informado que o retorno da pesquisa à comunidade será realizado, considerando as possibilidades de viabilidade, através de material didático apropriado.

Estou informado (a) de que a comunidade terá total liberdade de participar ou não, sem que haja nenhum problema ou qualquer prejuízo na vida pessoal, familiar e profissional minha e dos moradores da comunidade, e, que a comunidade não gastará dinheiro, assim como não receberá qualquer benefício de dinheiro em troca. E ainda, que não terei nenhum vínculo de trabalho, pois o projeto tem a finalidade apenas de estudo com pesquisa participativa.

Estou ciente que a qualquer momento tenho total liberdade de pedir explicações aos pesquisadores sobre este projeto no seguinte endereço: Rua 20, nº 417 – Japiim I, Telefone: (092) 3631-7754 ou (092) 9152-0897, E-mail: [deb.band@gmail.com](mailto:deb.band@gmail.com). Av. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 300 – Coroado - Instituto de Ciências Humanas e Letras-ICHL/Departamento de Serviço Social ou pelos telefones (92) 3305-4578; (92)9222-8995; (92) 9152-0897

Comunidade Julião, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Líder da Comunidade

RG: \_\_\_\_\_ Endereço pessoal: \_\_\_\_\_

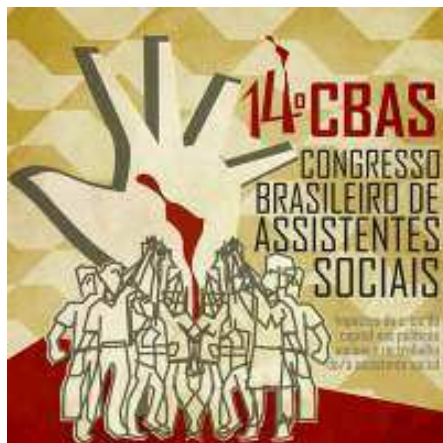
Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

# Anexo E

***Artigo aprovado  
em evento***



### **LISTA DE TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO ORAL**

OBS.: Para que seja confirmada a apresentação do trabalho e sua publicação nos anais, pelo menos um dos autores deverá estar com a inscrição efetuada e paga até **30 de agosto de 2013**. Após esta data, a secretaria executiva do congresso irá conferir a inscrição dos autores e os trabalhos que não tiverem inscrição não serão publicados.

1456 - TRABALHO E COOPERATIVISMO: UM ESTUDO SOBRE A ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA COOP-ACAMDAF NA MARINA DO DAVID (p.35)

Débora Cristina Bandeira Rodrigues  
Júlia Lara Roque Coutinho  
Itaciara Prestes da Silva Pontes

1516 - A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A CRISE CAPITALISTA: ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE LIVRAMENTO E JULIÃO NA RDS DO TUPÉ/AM.

Débora Cristina Bandeira Rodrigues  
Itaciara Prestes da Silva Pontes  
Patrício Azevedo Ribeiro  
Thamirys Souza e Silva  
Camila Fernanda Pinheiro do Nascimento

**A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A CRISE CAPITALISTA:** estudo da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas de Livramento e Julião na RDS do Tupé/AM

Débora Cristina B. Rodrigues<sup>1</sup>

Itaciara Prestes da Silva Pontes<sup>2</sup>

Patrício Azevedo Ribeiro<sup>3</sup>

Thamirys Souza e Silva<sup>4</sup>

Camila Fernanda P. do Nascimento<sup>5</sup>

**RESUMO:** Este artigo faz uma abordagem sobre a relação homem-natureza, em vista do aumento da degradação do ambiente nas sociedades ocidentais capitalistas e a necessidade de políticas para promover o uso sustentável dos recursos naturais. Particularmente, trata-se de um estudo realizado entorno da organização sociopolítica e cultural das comunidades Nossa Senhora do Livramento e Julião na RDS do Tupé/AM.

**Palavras-chave:** questão socioambiental; organização sociopolítica; organização sociocultural.

**ABSTRACT:** his article aims to make an approach to the man-nature relationship in view of increasing environmental degradation in Western societies and capitalist need for policies to promote sustainable use of natural resources. Specifically, it is a study of sociopolitical organization surrounding communities Our Lady of Deliverance and Julian in Tupé RDS / AM.

**Keywords:** environmental issue; sociopolitical organization; sociocultural organization.

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Serviço Social – UFAM; Doutora em Biotecnologia; Pesquisadora do Inter-Ação. E-mail: [deb.band@gmail.com](mailto:deb.band@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Inter-Ação. E-mail: ita.prestes@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia; Participante do Grupo de Pesquisa Inter-Ação. E-mail: patricio\_azevedo@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Estudante de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Inter-Ação. E-mail: thamy\_rebeca@hotmail.com

<sup>5</sup> Estudante de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Inter-Ação. E-mail: pn\_camilafernanda@yahoo.com.br

